



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
CAMPUS DE SOUSA

LEYLY OSVANIA DE MELO TARGINO

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB: O perfil dos discentes
contemplados pelo Pnaes em 2013

SOUSA-PB

2014

LEYLY OSVANIA DE MELO TARGINO

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB: O perfil dos discentes
contemplados pelo Pnaes em 2013

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof.(a) MsC. Helmara Gicelli Formiga Warderley

LEYLY OSVANIA DE MELO TARGINO

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPB: O perfil dos discentes
contemplados pelo Pnaes em 2013

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Campina Grande, em cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof.(a) Msc. Helmara Gicelli Formiga Wanderley

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Msc. Helmara Gicelli Formiga Wanderley
(Orientadora)

Prof.(a) Msc. Maria Aparecida Nunes dos Santos
(Examinadora)

Gianne Katerrine de Figueiredo Nóbrega
Assistente Social do IFPB, Campus Sousa.
(Examinadora)

DEDICO,

Primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia, aos meus pais, Maria e Francisco, e a todos aqueles que acreditaram no meu potencial.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada;

À minha família, por sua capacidade de acreditar e investir em mim. Mãe, seu cuidado e dedicação foi quem me deram, em alguns momentos, a esperança para seguir. Pai, sua presença significou segurança e a certeza de que não estou sozinha nesta caminhada;

A minha orientadora Prof.(a) Helmara Giccelli Formiga Wanderley, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos, tornado possível a conclusão deste trabalho;

À banca, pela aceitação e disponibilidade em participar deste momento tão importante em minha vida;

Ao Instituto Federal da Paraíba, Campus Sousa, por tornar possível a realização desta pesquisa, principalmente a Gianne Katerrine de Figueiredo Nóbrega, Assistente Social do Instituto, pelo seu apoio e incentivo;

Ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, e às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo dos anos. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos nesses espaços foram à melhor experiência da minha formação acadêmica;

A todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos a mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

“Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma ‘chaga’, nem uma ‘erva daninha’ a ser erradicada (...), mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta.”

(Ação Cultural para a Liberdade, 1976)

Paulo Freire

LISTA DE GRÁFICOS

<u>Gráfico 1 – Classificação por sexo</u>	54
<u>Gráfico 2 – Classificação por idade</u>	55
<u>Gráfico 3 – Classificação por estado civil</u>	55
<u>Gráfico 4 – Classificação por escola de origem</u>	56
<u>Gráfico 5 – Classificação por curso</u>	57
<u>Gráfico 6 – Classificação por turno do curso</u>	58
<u>Gráfico 7 – Número de estudantes migrantes</u>	59
<u>Gráfico 8 – Classificação por situação de moradia do aluno</u>	60
<u>Gráfico 9 – Classificação por Situação de trabalho</u>	60
<u>Gráfico 10 – Classificação por situação em relação à renda familiar</u>	61
<u>Gráfico 11 – Classificação por renda familiar</u>	62
<u>Gráfico 12 – Classificação dos programas mais acessados</u>	63

RESUMO

Neste trabalho estudamos e analisamos a Educação Superior no Brasil, o desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil como mecanismo de democratização deste nível de ensino e o desenvolvimento desta política nos Institutos Federais. Tal pesquisa tem por objetivo analisar o perfil dos alunos do ensino superior contemplados pela Política de Assistência Estudantil do IFPB, Campus Sousa, verificando as condições socioeconômicas destes estudantes, as principais dificuldades enfrentadas por eles, como também, os motivos que os levaram a buscar pelos programas da assistência estudantil. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica e documental, onde foram analisada obra de diversos autores que discutem o tema, como também, documentos e leis relacionadas à assistência estudantil. As reflexões expostas neste trabalho são de caráter exploratório, com análise crítica e abordagem quanti-qualitativa. A pesquisa identificou a partir de uma análise do perfil socioeconômico dos discentes dos cursos superiores do IFPB - Sousa, que a maioria dos alunos contemplados não possui condições econômicas favoráveis para cursar aquela modalidade de ensino, mostrando assim a importância do referido programa para as suas vidas acadêmicas. Estes dados se mostraram importante no que diz respeito a identificar melhor as dificuldades presentes no cotidiano desses estudantes, sempre numa perspectiva de buscar melhorar os mecanismos de permanência de acordo com a realidade presente.

Palavras Chave: Ensino Superior; Política de Assistência Estudantil; Perfil socioeconômico; Institutos Federais.

ABSTRACT

In this work we study and analyze Higher Education in Brazil, the development of Student Assistance Policy as the democratization of higher education and the development of this policy in the Federal Institutes mechanism. This research aims to analyze the profile of higher education students covered by the Policy Student Assistance IFPB Campus Sousa, checking the socioeconomic conditions of these students, the main difficulties faced by them, as well as the reasons that led them to seek the student assistance programs. The methodology used was the literature and documents, where the work of many authors who discuss the subject were analyzed, as well, and documents relating to student assistance laws. The reflections presented in this paper are exploratory, critical analysis and a quantitative and qualitative approach. The research identified from an analysis of the socioeconomic profile of students of senior courses IFPB - Sousa, that most students do not have contemplated favorable economic conditions to attend that type of education, thus showing the importance of this program for their lives academic. These data proved important with regard to better identify the difficulties present in the daily lives of these students, always with a view to seeking to improve the mechanisms of residence in accordance with the present reality.

Key words: Higher Education; Of Student Assistance Policy; Socioeconomic profile; Federal Institutes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 Trajetória Histórica da Educação Superior no Brasil: as Políticas Públicas de Educação para o ensino superior e a criação dos Institutos Federais no século XXI	15
1.1 Educação Superior no Brasil	15
2 Assistência Estudantil no Brasil: suas primeiras iniciativas a sua consolidação com o PNAES	32
3 O Instituto Federal e a Política de Assistência Estudantil no campus de Sousa – PB: O perfil dos discentes contemplados pelos programas da Política de Assistência Estudantil do IFPB	44
3.1 O Instituto Federal da Paraíba: breves considerações sobre a instituição ...	44
3.2 A Assistência Estudantil no IFPB.....	48
3.3 Percurso Metodológico	51
3.4 O perfil dos alunos contemplados pelo programas de Assistência Estudantil do IFPB em 2013.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	69
ANEXO1	76

LISTA DE SIGLAS

AID – Agency for International Development

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior

CGAE – Coordenação Geral de Assistência ao Educando

CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica

CEFET – PB – Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba

CNPQ – Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento

DAE – Departamento de Assistência Estudantil

EAA – Escola de Aprendizes e Artífices

EAF – Escolas Agrotécnicas Federais

EAF – Sousa – Escola Agrotécnica Federal de Sousa

ETFs – Escolas Técnicas Federais

FIES – Programa de Financiamento Estudantil

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró – Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PROUNI – Programa Universidades Para Todos

PUC – Pontifícia Universidade Católica

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das
Universidades Federais

RU – Restaurante Universitário

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a
Cultura.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto do estágio supervisionado realizado no Instituto Federal da Paraíba, Campus Sousa, onde pude acompanhar a efetivação da sua Política de Assistência Estudantil a partir da concessão de auxílios para estudantes carentes, por meio de processo seletivo. Desse modo, essa experiência acabou por despertar o interesse em analisar melhor o perfil socioeconômico do alunado carente do IFPB, procurando entender a importância da assistência estudantil para a vida dos discentes e como meio de consolidação da educação como um direito de todos.

Assim, compreende-se que a educação superior brasileira se caracteriza como excludente desde seu surgimento, devido ao seu perfil elitista, onde os únicos privilegiados eram os jovens da elite nacional, excluindo assim, aqueles que não se encaixavam neste perfil, evidentemente os jovens das classes menos abastadas.

Esse caráter elitista da educação superior brasileira a tem acompanhado em todo seu percurso histórico. No período colonial, os únicos que tinham acesso ao ensino superior, eram os filhos da elite, que se deslocavam até Portugal para cursar a Universidade de Coimbra, pois no Brasil ainda não existiam instituições de ensino superior. E mesmo com a criação das primeiras universidades no século XIX esse perfil não mudou, continuando a ser um privilégio para poucos.

Atualmente, algumas medidas vêm sendo tomadas por parte do governo federal no que se refere a democratizar o acesso dos estudantes ao ensino superior. Programas como Prouni, Fies, UAB, Reuni, que tem como objetivo a inserção dos jovens na universidade, por meio da concessão de bolsas em universidades particulares, expansão da matrículas e dos cursos no ensino superior federal e expansão dos cursos a distância.

Contudo viu-se que só promover o acesso não era o bastante, era preciso uma política que assegurasse aos estudantes a permanência no ensino superior. Portanto, em 12 de dezembro de 2007 foi lançada pelo MEC a portaria normativa nº 39 que instituiu o Plano nacional de Assistência Estudantil que mais tarde, resultaria

na aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, pelo então presidente Lula.

O programa tem como objetivo democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior federal, minimizando as desigualdades presentes na vida dos discentes. Suas ações têm sido executadas tanto pelas Universidades Federais, como pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

De tal modo, voltando nossas vistas para o Instituto Federal, observa-se que a referida instituição possui uma Política de Assistência Estudantil que visa assegurar aos discentes o acesso, a permanência e conclusão dos cursos de nível superior¹.

Este trabalho tem como objetivo analisar o perfil socioeconômico dos discentes contemplados pela assistência estudantil do IFPB, Campus Sousa, especificamente os estudantes do ensino superior, a fim de detectar as principais dificuldades enfrentadas por esses estudantes e os motivos que os levaram a buscar o benefício da Assistência Estudantil, do PNAES, no ano de 2013.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório, com análise crítica dos dados e abordagem quanti-qualitativa.

Foram utilizadas obras de diversos autores que debatem a temática, como também, os documentos e leis que tratam do tema objeto desta pesquisa, dentre eles, os formulários dos alunos contemplados pela assistência estudantil do IFPB.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo será abordado, de forma breve, a trajetória histórica da educação superior brasileira. No Segundo capítulo optamos por abordar a Assistência Estudantil, enfatizando suas primeiras iniciativas, até sua consolidação com a aprovação do PNAES. E, no terceiro capítulo, será abordado a implementação dos Institutos Federais, como nova faceta da educação profissional e tecnológica no Brasil, a constituição do Instituto Federal da Paraíba e a efetivação da sua Política de Assistência Estudantil, realizado assim, o desenvolvimento da pesquisa feita com os formulários dos

¹ Há que se observar a existência nos IFs de uma política de Assistência Estudantil que assiste a alunos de nível médio-técnico, técnico e, ainda aqueles que freqüentam curso da modalidade EJA, além daqueles que ingressaram nos cursos de nível superior.

discentes do ensino superior contemplados pela assistência estudantil do IFPB, Campus Sousa. Espera-se alcançar o propósito.

1 Trajetória Histórica da Educação Superior no Brasil: as Políticas Públicas de Educação para o ensino superior e a criação dos Institutos Federais no século XXI

1.1 Educação Superior no Brasil

A educação superior brasileira tem características peculiares em relação aos demais países da América Latina. Desde seu surgimento no século XIX, o ensino superior é marcado pelo caráter elitista e excludente, características que, naturalmente, estavam em evidência nas demais esferas sociais. De tal modo, para entendermos seus desdobramentos na atual conjuntura, decidiu-se por fazer um estudo da sua história, sem a pretensão de que seja uma análise exaustiva. Objetiva-se que sejam considerados alguns aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais da sociedade brasileira nos diferentes contextos que marcam a trajetória da educação superior e que culminaram na efetivação das políticas públicas para a educação.

O surgimento do Ensino Superior no Brasil data de um período bastante recente, o que é considerado “um caso atípico no contexto latino-americano” (OLIVEN, 2002, p.24). Dito isto, observe-se que as primeiras instituições de ensino superior só vieram a surgir no Brasil, em 1808, cerca de três séculos depois de iniciada a colonização das terras “tupiniquins”. Quanto às primeiras universidades são ainda mais recentes, só foram criadas na década de 1930, durante o primeiro governo Vargas.

Para que se entenda o tardio desenvolvimento do ensino superior no Brasil é preciso, antes, termos ciência de que houve grande negligência da metrópole portuguesa com a educação colonial, o quadro não é de tudo pior, devido à ação dos religiosos da Companhia de Jesus, aos quais coube a missão de cristianização dos indígenas, com intuito de formar um clero, e de promover um ensino formal, aos jovens pertencentes à classe abastada da sociedade colonial, o que acontecia nos colégios reais (OLIVEN, 2002).

Em relação à graduação, a Universidade de Coimbra, situada em Portugal e confiada a Ordem Jesuítica, tinha como objetivo a unificação do império Português, oferecendo aos filhos da elite colonial portuguesa (considerados portugueses nascidos no Brasil), os cursos de Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia.

Já em relação à implantação do Ensino Superior no Brasil, de acordo com Oliven (2002) e Santos e Cerqueira (2009), não havia interesse da coroa portuguesa, em criar instituições de ensino superior no Brasil, pois temiam por em risco a superioridade da metrópole em relação à colônia, devido à autonomia que esta iria ganhar com a criação de universidade. Nesse ponto fica claro o interesse mercantil de Portugal pelo Brasil, onde se objetivava, principalmente, a exploração da colônia.

Frente ao exposto, nota-se já no início do desenvolvimento das práticas de educação superior brasileira, seu caráter elitista, onde os mais abastados, considerados também os mais aptos, eram privilegiados, sendo eles o alvo das iniciativas na área de educação, o que acentuou as desigualdades da educação brasileira. Sobre o assunto Barbosa (s/d) ² observa que a educação brasileira tinha como objetivo manter a dominação da elite sobre as classes menos favorecidas, revelando, assim, seu caráter segregador.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, marca uma nova fase na educação nacional, assinalando nosso interesse pela educação superior, foi nesse momento que surgiram as primeiras iniciativas de fundar uma universidade na colônia, tendo sido a Bahia a primeira Província a manifestar este desejo. Tal como afirma Oliven (2002), os comerciantes da Bahia, levaram a Corte aí instalada, uma solicitação para a criação da primeira universidade no Brasil, contudo tal intento não foi atingido e, em lugar disto, implantaram, em Salvador, os cursos isolados de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia e um pouco mais tarde, com a mudança da Corte para o Rio de Janeiro, foram implementados, nesta localidade, uma escola de cirurgia, academias militares e a escola de belas artes, como também, o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico.

² Disponível em <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/20626/20626>>. Acesso em 04.12.2014

No ano de 1827 foram criados dois cursos de Direito, um em Olinda, na região Nordeste, e outro na região Sudeste, mais precisamente em São Paulo.

Uma característica importante no que tange à educação superior brasileira, no início do século XIX, é o caráter isolado das suas faculdades, ou seja, as primeiras instituições de ensino superior eram separadas por áreas de conhecimento específicas, como Medicina, Direito e Politécnica, que segundo Oliven (2002, p. 25)

[...] eram localizadas em cidades importantes e possuíam uma orientação profissional bastante elitista. Seguiam o modelo das grandes escolas francesas, instituições seculares mais voltadas ao ensino do que a pesquisa. Tanto sua organização didática como sua estrutura de poder baseavam-se em cátedras vitalícias: o catedrático, “lente proprietário”, era aquele que dominava um campo de saber, escolhia seus assistentes e permanecia no topo da hierarquia acadêmica durante toda sua vida.

No período imperial, ficou a cargo dos cursos superiores profissionalizantes, organizados em institutos isolados, cada qual com sua especificidade, desempenharem o papel de substitutos da universidade. Desse modo, o desejo de ter em “terras tupiniquins” uma universidade ficou adiado.

No período imperial, apesar das várias propostas apresentadas, não foi criada uma universidade no Brasil. Isto talvez se deva ao alto conceito da Universidade de Coimbra, o que dificultava a sua substituição por uma instituição do jovem país. Assim sendo, os novos cursos superiores de orientação profissional que se foram estabelecendo no território brasileiro eram vistos como substitutos à universidade (OLIVEN, 2002, p.26)

Nem mesmo o advento da República foi capaz de preencher as grandes lacunas e deficiências da educação nacional, tão necessária ao desenvolvimento do país. Assim, em pleno contexto da República Velha (1889-1930), houve um atraso na criação da primeira universidade, devido à influência do ideário positivista, que segundo Oliven (2002, p.26), a consideram “uma instituição ultrapassada e anacrônica para as necessidades do novo mundo”.

Somente no ano de 1920, através do decreto nº 14.343 que foi criada a primeira universidade brasileira, no Rio de Janeiro, formada pela fusão das Faculdades isoladas de Medicina, de Livre Direito e pela Escola Politécnica.

Observa-se, todavia, que mesmo com a criação da referida universidade, o ensino nacional de nível superior manteve seu caráter elitista, manteve-se o caráter profissionalizante dos cursos, a dissociação entre o ensino e a pesquisa, bem como, a autonomia das faculdades profissionais.

Uma das razões da criação dessa universidade, localizada na capital do país, devia-se à visita do Rei da Bélgica empreendida ao país, por ocasião dos festejos do centenário da independência, havendo interesse político em outorgar-lhe o título de Doutor Honoris Causa. O Brasil, no entanto, carecia de uma instituição apropriada, ou seja, uma universidade. (OLIVEN, 2002, p.27)

Fica evidente, que não foi um motivo de cunho social, econômico ou mesmo cultural que motivou o surgimento da primeira Universidade nacional, mas uma razão de ordem política, o que é mais um indício do descaso dos gestores brasileiros sobre assunto de tão importante competência.

A partir dos anos 1930, no período chamado de Segunda República (1930-1964), foram muitos os avanços sentidos, tanto no setor econômico com a transição de uma economia agrária para a industrial, ampliando a participação do Brasil no mundo capitalista. Também houve atrelado aos melhoramentos econômicos, investimentos e avanços nos setores de educação e saúde, estes, também, objetivando melhorias no setor econômico, como se observará adiante. Segundo Bello (2001), “A nova realidade brasileira passou a exigir uma mão de obra especializada e para tal era preciso investir em educação”.

Desse modo, o então presidente Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde, tendo como primeiro ministro Francisco Campos, que em 1931, aprovou o 1º Estatuto das Universidades Brasileiras. Com base no Estatuto:

A universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual e municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras (OLIVEN, 2002)

Contudo, o projeto de Francisco Campos frente ao Ministério da Educação e Saúde, devido ter priorizado projetos para o ensino médio em detrimento da criação

de uma universidade voltada para a pesquisa, acabou por desagradar a muitos educadores, conforme observa Oliven (2002)

Os educadores da ABE desapontaram-se com as políticas do novo Ministério. A ênfase dada à criação de uma Faculdade de Educação, nas universidades, para formar professores do ensino secundário respondia muito mais aos planos de Francisco Campos (que priorizava o ensino médio), do que aos anseios dos educadores preocupados com a criação de uma universidade voltada às atividades de pesquisa.

É preciso dizer também que com as mudanças ocorridas no setor econômico brasileiro, a educação passou a se estruturar sobre bases diferentes, deixando de ser só apenas um meio de dominação das elites sobre a classe proletária, se estruturando sob as bases de preparação dos sujeitos para o mercado de trabalho.

Outro ponto importante a ser destacado na história da Educação Brasileira foi à criação da Universidade do Distrito Federal, através de decreto municipal, pelo então Diretor de Instrução do Distrito Federal, Anísio Teixeira. Tal universidade tinha como objetivo a “renovação e ampliação da cultura e os estudos desinteressados”. (OLIVEN, 2002, p.28)

Contudo, seus preceitos foram severamente criticados pelos setores conservadores ligados a igreja, pois eles “temiam a influência negativa do liberalismo norte-americano, materialista, individualista e protestante, sobre os valores católicos, humanistas e personalistas, considerados essenciais na cultura brasileira” (OLIVEN, 2002, p.29).

É importante destacar que não só a Igreja foi contrária a sua instalação, a Universidade do Distrito Federal não recebeu o devido apoio do Ministério da Educação, resultando assim na sua extinção em Janeiro de 1939. Seus cursos foram transferidos para a nova Universidade do Brasil (antiga Universidade do Rio de Janeiro), criada pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema.

Em 1946, a igreja católica objetivando retomar sua influência junto às elites do país criou, por meio do Decreto nº 8.681, a primeira Universidade Católica do Brasil,

que pouco tempo depois recebeu o nome de Pontifícia³. De acordo com Oliven (2002, p.29),

A igreja manifestara seu interesse na criação de uma universidade, subordinada à hierarquia eclesiástica e independente do Estado, tanto assim que já havia criado cursos nas áreas humanas e sociais, com objetivo de colocar de volta na sociedade as elites brasileiras com base nos princípios ético-religiosos da moral católica.

Outro momento importante na História da Educação Superior brasileira foi a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, criada e organizada de acordo com as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras⁴ e que, segundo Oliven (2002), “representou um divisor de águas para a história do sistema brasileiro de educação superior”.

De acordo com Maurano (2010), na década de 1930, São Paulo era o Estado com maior importância econômico-cultural do país, tendo como principal atividade econômica a cafeicultura. No entanto, devido à crise econômica norte-americana de 1929, a economia paulista, também, declinou levando o Estado a ter seu poder político decaído em nível nacional.

Foi com o fim de se reerguer, política e economicamente que o Estado de São Paulo lançou o projeto de construção de uma “Universidade de Altos Estudos Social e Políticos”, que tinha como objetivo qualificar as elites com o propósito de formar sujeitos para atuarem de forma eficiente na vida social.

O movimento para a criação da universidade, liderado por Fernando de Azevedo e incentivado pelo jornal O Estado de São Paulo, recebeu o apoio do governo estadual. Por ser o Estado mais rico do país, criou sua própria universidade pública estadual, livre do controle direto do governo federal,

³ Pontifícia Universidade Católica

⁴ De acordo com **Art. 5º** do Estatuto das Universidades Brasileiras, a constituição de uma universidade brasileira deverá atender às seguintes exigências: I- congregar em unidade universitária pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras; II- dispor de capacidade didática, ai compreendidos professores, laboratórios e demais condições necessárias ao ensino eficiente; III- dispor de recursos financeiros concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento normal dos cursos e a plena eficiência da atividade universitária; IV- submeter-se às normas gerais instituídas neste Estatuto (BRASIL, 1931)

constituindo-se numa tentativa de reconquistar a hegemonia política, que gozara até a revolução de 1930 (OLIVEN, 2002, p.30)

Segundo Maurano (2010), a USP promoveu a integração das três funções da universidade: ensino, pesquisa e extensão, como também, a integração dos cursos a partir de um vestibular comum em que todos os candidatos ingressariam na Faculdade de Filosofia e mais tarde optariam pelo curso no qual desejavam se profissionalizar.

Cabe ressaltar que o surgimento dessas novas universidades e seu processo de federalização foi acompanhado pelo aumento expressivo de matrículas, o que infelizmente não representou a democratização do ensino superior, pois parte dos jovens, especialmente aqueles das classes menos abastadas, ainda, continuavam sem acesso a universidade.

Durante o segundo governo Vargas, os avanços a educação superior passou por uma fase de estagnação, vindo a ter novos impulsos a partir de 1945, durante o período denominado Populista (1945-1964). Nestes anos, grandes avanços aconteceram no campo da educação superior, principalmente, no que se refere à fusão das faculdades pré-existentes, o que acabou resultando no surgimento de novas universidades e na conseqüente federalização destas instituições.

Em 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº 4.024, que tem como objetivo definir e regularizar o sistema de educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição de 1934. Contudo, a Lei de Diretrizes e Bases não proporcionou grandes avanços para o ensino superior brasileiro.

Na concepção de Oliven (2002 p.31-32):

[...] Essa lei reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país. Em termos organizacionais, deixou ilesas a cátedra vitalícia, as faculdades isoladas e a universidade composta por simples justaposição de escolas profissionais; além disso, manteve maior preocupação com o ensino, sem focalizar o desenvolvimento da pesquisa. Ao conceder expressiva autoridade ao Conselho Federal de Educação, com poder para autorizar e fiscalizar novos cursos de graduação e deliberar sobre o currículo mínimo de cada curso superior, a nova Lei fortaleceu a centralização do sistema de educação superior. Como novidade, assegurou

a representação estudantil nos colegiados, não especificando, no entanto, a respectiva proporção.

De acordo com Santos e Cerqueira (2009, p. 5), a LDB tinha como propósito reforçar o apoio aos setores privatistas e conservadores, como também, estabelecer mecanismos de controle para expansão do ensino superior e do conteúdo a ser trabalhado.

Ainda em 1961, foi criada a Universidade de Brasília (UNB), situada na Capital Federal. A UNB foi a primeira universidade que não foi formada por aglutinação de faculdades pré-existentes e tinha como objetivos “o desenvolvimento de uma cultura e de uma tecnologia nacionais ligados ao projeto desenvolvimentista” (OLIVEN, 2002, p.32)

Assinalou-se, ainda, que a década de 1960 foi marcada por grandes movimentos da comunidade acadêmica, que buscavam transformar o ensino superior em um ensino menos desigual e mais democrático, se contrapondo ao modelo elitista herdado do passado colonial. Contudo, na mesma década, mais precisamente no ano de 1964 aconteceu o golpe militar⁵, que acabou por reprimir todos os planos da comunidade acadêmica de transformar o ensino superior acadêmico.

A instauração de uma ditadura militar no Brasil e nos demais países da América Latina tinha como objetivo adequá-los aos interesses do capital internacional, implantando assim, uma série de ajustes estruturais, através de uma profunda reforma nas diversas esferas sociais, por meio de um sistema repressivo.

Apesar disso, o movimento estudantil, representado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) não se calou. Segundo Santos e Cerqueira (2009, p.5) foi ele “o principal foco de resistência ao regime militar, tendo a universidade pública como baluarte”. Objetivando derrotar o movimento estudantil, o regime militar através do

⁵ Segundo Netto o golpe militar tinha como finalidade, “Adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo.” (2009, p.16)

Decreto-Lei 477, proibiu as manifestações por parte de alunos, professores e demais funcionários.

Na época, de acordo com Melo et al., (2009, p.19), houve “invasão de tropas militares nas universidades, demissão e prisão de professores e estudantes, apreensão de livros, destituição de reitores e nomeação de reitores interventores.”

As novas condições ditadas pelo capitalismo internacional não admitiam concessões e atos de rebeldia. Nesse sentido, optou-se por uma orientação econômica de acordo com os interesses do capital monopólico norte-americano, sendo que os regimes militares que se instalaram tiveram alguns compromissos básicos: Desnacionalização da economia; desmantelamento do capitalismo de Estado; acentuada redução das obrigações do Estado quanto ao bem-estar social; promoção da concentração de capital; orientação pró-monopólica do setor agrário; e a pauperização da classe operária. (MELO ET AL., 2014, p.22)

Em relação ao Sistema Educacional brasileiro, o governo militar propôs uma profunda reorganização desta esfera, desde o ensino primário até o de nível superior. Tal reorganização ficou a cargo da parceria entre a Agency for International Development (AID) e o Ministério da Educação (MEC), que ficou conhecida como MEC-USAID (BARBOSA, s/d, p.6) ⁶

Para Melo et al., (2009, p.23), tais acordos firmados entre o MEC e a USAID tinham como propósito financiar e supervisionar a economia nos primeiros anos do governo militar. Note-se que essa parceria, subordinava a educação brasileira a interesses estritamente econômicos, através da intervenção dos organismos internacionais na organização das diversas modalidades de ensino, com o propósito de adequá-las aos interesses do capital internacional.

Conforme Melo et al., (2009, p.19), o período ditatorial caracterizava-se em termos de educação:

Pela repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis e,

⁶ Disponível em <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/20626/20626>>. Acesso em 04.12.2013

tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional.

Em 1968, o governo militar realizou uma profunda reforma no ensino superior brasileiro, influenciada pelo modelo “neo humboltiano”⁷ e efetivada pela Lei n. 5.540/1968, com o objetivo de reformular e modernizar o ensino de nível superior. Contudo, tal reforma não foi impulsionada por uma sensibilidade democrática, pois não tinha como finalidade modernizar o ensino superior em favor das massas, ou seja, em favor da inserção dos menos favorecidos em uma universidade com ensino de qualidade, mas sim, racionalizar o ensino universitário calçado nos princípios de maior eficiência e produtividade, a fim de formar força de trabalho qualificada de nível superior com vistas a atender aos interesses econômicos.

Segundo Melo et al. (2009, p.20), “[...] a educação superior, modernizada, seria um instrumento a mais a contribuir para a consolidação do projeto de desenvolvimento “associado e dependente” dos centros hegemônicos do capitalismo internacional.”

Para Barbosa⁸ a reforma do ensino superior impulsionou à criação de novas universidades, como também, a expansão do ensino superior privado. Essa expansão se deu por meio da implantação de faculdades isoladas em cidades do interior e na periferia das grandes metrópoles, que segundo Melo et al., (2009, p.21) seguiu “a formula populista e dual de expansão quantitativa sem qualidade”.

Um ponto importante a ser destacado no governo militar, foi o incentivo dado à pós-graduação e ao desenvolvimento da pesquisa, tendo como lócus principal a universidade pública. Para os militares, era importante uma formação qualificada de alto nível que atendesse a novas demandas decorrentes do processo de

⁷ De acordo com Oliveira (2000) O modelo humboldtiano de universidade é a referência clássica da “ideia de universidade moderna” (RENAUT, 1995), consubstanciada na formação da universidade de Berlim em 1810, que surge na sequência da primeira grande crise acadêmica, marcada pelo processo de laicização da universidade da idade média e que se traduziu pela transferência da dependência da igreja para a dependência do estado e pela emergência, de um novo saber, a ciência. Este processo é também marcado pela transformação das funções da universidade, que se torna a par do ensino, num lugar de produção da ciência, processo que alguns autores designam como primeira revolução acadêmica. (ETZKOWITZ, 1997).

⁸ Disponível em <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/20626/20626>. Acesso em 04.12.2013

modernização. Para isso investiu-se em cursos de mestrado e doutorado, como também, em atividades de pesquisa, incentivadas pelas agências de fomento ao desenvolvimento científico, CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior) e CNPQ (Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento). (OLIVEN, 2002)

A década de 1980 marca o declínio do regime ditatorial, consolidada com a promulgação da Constituição de 1988.

Cabe observar que as mudanças ocorridas no ensino superior durante a ditadura militar foram o estímulo para as diversas mudanças que ocorreriam nos anos imediatamente posteriores aquele governo antidemocrático.

A Carta Magna de 1988 significou um passo importante para as políticas sociais, dentre as quais destaque-se a educação. Aquele documento estabelece em seu Artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

De acordo com a Constituição Federal, o ensino deverá ser ministrado gratuitamente em estabelecimentos oficiais, como também, serão destinados 18% da receita anual, resultante dos impostos, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino e por fim, em seu artigo 207, reafirma a falta de socialização entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

Contudo, as mudanças ocorridas no âmbito do Estado nos anos seguintes a promulgação daquela carta, foram de encontro aos princípios dos direitos sociais e políticos por ela estabelecido, caracterizando-se assim “por um movimento contrarreformista partindo do próprio governo vigente que, mais uma vez, em prol de interesses econômicos do capital, desconstruiu uma série de direitos sociais alcançados” (BARBOSA, s/d, p.8) ⁹

⁹ Disponível em <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/20626/20626>. Acesso em 04.12.2013

Em 1996, após muitos debates foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, que tem como objetivo regularizar o sistema de educação brasileiro, com base nos princípios presentes na constituição. Contudo,

embora a LDB aprovada em 1996 contemplasse algumas inovações importantes e assegurasse certas conquistas no campo educacional, acabou por favorecer a adequação da legislação educacional ao processo de flexibilização da esfera da produção e as novas feições assumidas pelo estado.(ALMEIDA, 2011)

Para Chaves et al. (2006), a LDB impulsionou a reforma da educação superior no Brasil, dando ao Estado o papel destacado no controle e na gestão das políticas educacionais.

No entanto, para entendermos as mudanças ocorridas na política de educação, precisaremos entender as mudanças ocorridas no padrão de acumulação capitalista e seus rebatimentos no papel do Estado e conseqüentemente nas políticas sociais.

Segundo Chaves et al. (2006), essas reformas se efetivaram por meio de políticas de ajuste estrutural, que tinham como objetivo a desregulamentação dos mercados, a abertura comercial e financeira, a redução do Estado e a privatização do setor público.

Tais reformas tiveram como fundamento a doutrina neoliberal¹⁰ e se deu em decorrência do processo de mundialização da economia que, em busca de novos nichos de valorização para o capital como forma de superar suas crises, se deslocou para outras esferas sociais, num processo frequente denominado financiamento da economia. Sendo assim, adentrou nas diversas camadas da sociedade começando na esfera financeira e, posteriormente, invadindo o mercado de trabalho na

¹⁰ Segundo Behring (2003) os primeiros sinais da doutrina neoliberal no Brasil se deram por meio das reformas estruturais implementadas pelo governo do presidente Fernando Collor de Melo, contudo, tal doutrina só veio a se consolidar com a implementação do Plano Real no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O neoliberalismo faz crítica ao Estado intervencionista, e busca a minimização da atuação do Estado no tocante às políticas sociais (DOURADO, 2002).

contratendência do desenvolvimento lento de uma superprodução de longa onda recessiva (PINTO ET AL, 2012).

Para os neoliberais, era do Estado à responsabilidade da crise vivenciada pelo capital, devido aos seus exacerbados gastos com o setor social. Neste sentido, fazia-se necessário reduzir os gastos estatais tidos como ineficazes e ineficientes em todas as áreas de atuação, como também liberar as políticas sociais para exploração do mercado capitalista.

De acordo com Chaves et al., (2006)

[...] a responsabilidade pela crise econômica dos países capitalistas é do próprio Estado, que ao longo dos anos, produziu um setor público ineficiente e marcado pelo privilégio, diferente do setor privado que desenvolve as atividades com eficiência e qualidade. Esse argumento vem sendo utilizado para justificar a necessidade de reduzir o tamanho do Estado, em especial na oferta dos serviços à população.

Essas mudanças operadas no Estado, conduzidas pelas diretrizes neoliberais, como parte do processo de adequação as novas facetas da economia mundial, acarretou impactos negativos para as políticas sociais e tem provocado um duplo movimento entre a focalização, fragmentação e precarização de tais políticas e a ampliação da comercialização dos serviços sociais (PINTO ET AL., 2012).

Como parte dos impactos advindos desse processo de reforma do Estado, a educação superior tem sofrido severas reformas, num movimento de adequação aos interesses econômicos, por meio da diversificação e privatização dessa modalidade de ensino, conduzidas pelas diretrizes do Banco Mundial, no qual afirmam “que o ensino superior deve se tornar mais diversificado e flexível.” (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2012, p.1580)

Segundo Almeida (2011), tais diretrizes se consolidaram sobre bases neoliberais e tinham como objetivo atender aos interesses da burguesia internacional que precisava de aparatos institucionais para reformar o papel da educação superior. Contudo acabaram por reforçar os processos de exclusão presentes na realidade educacional. Essas diretrizes acabaram por provocar diversas alterações na LDB por meio de decretos, leis e outros instrumentos

institucionais, como meio de ajustar e reestruturar a educação superior em conformidade com as novas demandas do capital (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2012)

Cabe observar que as reformas no ensino superior foram implementadas pelos governos neoliberais, primeiro durante a administração de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e, depois, quando o país foi dirigido pelo petista Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), um e outro de “caráter ideologicamente privado.” (CHAVES ET AL., 2006).

Com base em Chaves et al. (2006), tal reforma se efetivou a partir de um conjunto de medidas normativas¹¹, que contribuiu para o processo de expansão, sob a lógica da diversificação e privatização do ensino superior.

Foi no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que houve uma maior expansão do ensino superior por meio da implementação de programas pelo Ministério da Educação, que tinha por objetivo alcançar as metas de desenvolvimento do setor educacional, com a criação de vagas no setor privado, a criação de novas universidades e novos cursos, com a finalidade de incluir segmentos sociais historicamente excluídos do ensino superior.

Dentre os principais programas criados durante a administração do ex-sindicalista “Lula” podemos citar o “Programa Universidade Para Todos” (PROUNI), O Programa de Financiamento Estudantil (FIES), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

¹¹ Dentre essas medidas normativas podemos identificar: O Decreto nº 4.914, de 11/12/2003 (dispõe sobre os centros universitários alterando art. 11 do Decreto nº 860, de 9 de julho de 2001); Lei nº 10.861, de 14/04/2004 (que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES); Lei nº 11.079, de 30/12/2004 (que institui a Parceria Público Privada – PPP); o Decreto Presidencial nº 5.225, de 1/10/2004 (que elevou os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs à categoria de Instituição de Ensino Superior); o Decreto Presidencial nº 5.245, de 18/10/2004 transformado na lei nº 11.096/05 (que criou o Programa Universidade para Todos – PROUNI); o Decreto Presidencial nº 5.205, de 20/12/2004 (que regulamente as fundações de apoio privadas no interior das IFES); o decreto Presidencial nº 5.622, de 19/12/2005 (que regulamenta a educação à distância no Brasil e consolida a abertura do mercado educacional brasileiro ao capital estrangeiro); e mais recentemente o Decreto nº 5.773, de 9/05/2006 (que estabelece normas para as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior) e o projeto de lei nº 7.200/06, encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional, em junho de 2006, que estabelece nova regulamentação para a educação superior brasileira.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) têm como finalidade isentar o setor privado de suas obrigações, realizando uma troca entre isenção de impostos por vagas no setor privado para alunos advindos das classes subalternas, evidenciando assim o estímulo ao setor privado por parte do Estado. (PINTO et al., 2012)

O Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao programa.¹²

O Credito Educativo, modificado, em 2007, pela medida provisória nº. 1.827, tornou-se o programa de Financiamento Estudantil (FIES), que tem como finalidade financiar os cursos de graduação no setor privado para aqueles estudantes que não possuem condições financeiras de arcar com os custos de sua formação (COSTA, 2009).

De acordo com Pereira e Silva (2010),

No Brasil, até o ano de 2007, as políticas públicas estatais estiveram direcionadas para a compra de vagas em instituições de ensino privadas, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), bem como para a política de financiamento universitário, por meio de programas de crédito educativo.

O programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), por sua vez, foi instituído pelo decreto nº. 5.800, de 8 de junho de 2006, e tem como finalidade a expansão e interiorização da educação superior, por meio da oferta de cursos a distância.

A UAB é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldades de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação à distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos

¹² Disponível em <http://prouniportal.mec.gov.br>. Acesso em 15.03.2014

dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.¹³

No que se refere ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi instituído pelo decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, e se constitui em uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que vem a ser um desdobramento do Plano Nacional de Educação (PNE) e tem como objetivo ampliar o acesso e permanência no ensino superior, por meio da oferta de vagas nessa modalidade de ensino para trinta por cento dos jovens entre 18 e 24 anos, até o final da década (DALMAU et al, 2010).

As ações do programa contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.¹⁴

Contudo, essa expansão provocada pelo REUNI se deu com certa precariedade e deficiência, pois o contingente de alunos que tiveram acesso ao ensino superior não era compatível com o número de professores e a estrutura das universidades não eram suficientes para acolher a grande demanda que por hora se apresentava, implicando assim na qualidade do ensino. É importante ressaltar que esse processo de expansão, possibilita a entrada de muitos jovens advindos das camadas populares na universidade, contudo, a maioria desses alunos não consegue permanecer estudando devido às dificuldades socioeconômicas.

De acordo com Almeida (2011) a educação superior brasileira, nos dois últimos, governos, passou por um processo de flexibilização e fragmentação, por meio da diversificação institucional e expansão do setor privado, com a privatização da IES públicas, como forma de superação da crise institucional que a universidade vivencia. Essas mudanças provocam consequências ruins para a sociedade, pois se

¹³ Disponível em <http://prouniportal.mec.gov.br>. Acesso em 15.03.2014

¹⁴ Disponível em <http://prouniportal.mec.gov.br>. Acesso em 15.03.2014

contrapõe ao direito social de uma educação gratuita e de qualidade estabelecido na Constituição Federal de 1988.

Portanto, percebe-se que a educação superior brasileira, desde sua gênese, tem obedecido a interesses específicos. Num primeiro momento, esteve subordinada a elite imperial brasileira, servindo para a manutenção da estrutura social e da dominação destes sobre as classes menos favorecidas. Em um segundo momento, quando sua função era preparar força de trabalho para a nova fase em que se encontrava a economia nacional, que acabara de migrar de uma economia agrária para a economia industrial.

Atualmente, a educação superior se encontra estritamente subordinada aos interesses econômicos, como forma de adequação as novas exigências do capital internacional, que vê nas políticas sociais, especialmente, nas políticas de educação, mais uma forma de arrecadar lucro para sua manutenção e superação de suas crises, num processo de expansão do ensino superior com o predomínio dos interesses privados e mercantis.

2 Assistência Estudantil no Brasil: suas primeiras iniciativas a sua consolidação com o PNAES

A educação, como qualquer outra prática social, é determinada pelo modo de organização político, econômico e cultural do espaço no qual está inserida e que, portanto, acaba por internalizar as relações contraditórias e conseqüentemente os problemas sociais advindos desta dinâmica.

No decorrer do seu processo histórico, a educação esteve subordinada aos interesses da classe dominante, o que a caracteriza como elitista e antipopular, excluindo assim uma parcela considerável da população do direito a educação institucionalizada.

Segundo Ramos (2012, p.11)

O Brasil é um país marcado por desigualdades sociais; assim, essas desigualdades observadas na sociedade brasileira são materializações das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, considerando-se suas especificidades na dinâmica social. Nesse sentido, os diversos problemas relacionados à democratização, acesso e permanência, no que diz respeito à educação superior pública, hoje, apresentam-se como expressões de processos e situações simultâneas de inclusão/exclusão.

Mesmo com a existência de inúmeros instrumentos jurídicos que garantem a educação como um direito de todos, não é isso o que se observa, pois muitos jovens ainda permanecem sem acesso a educação, seja por dificuldades econômicas ou por outros fatores sociais.

Como estratégia de viabilização do acesso igualitário ao ensino superior brasileiro, a assistência estudantil tem se mostrado como um importante instrumento na tentativa de efetivação do direito a educação.

No entanto, para entendermos os desafios e possibilidades da assistência estudantil, no que se refere à inserção dos estudantes historicamente excluídos da educação superior, precisaremos discutir seu processo histórico junto ao ensino superior brasileiro e buscar evidenciar sua importância para a democratização dessa modalidade de ensino.

A assistência estudantil no Brasil tem acompanhado o processo histórico do ensino superior brasileiro e, na maior parte do tempo, teve como finalidade proporcionar meios para a manutenção dos alunos com baixas condições socioeconômicas neste grau de ensino, a fim de diminuir as disparidades existentes.

Segundo Kowalski (2012, p.83) a assistência estudantil

[...] Está conjugada ao cenário da educação superior no país, o qual é marcado por grandes transformações que legitimam de maneira incisiva o desenvolvimento de ações voltadas para o reconhecimento e o atendimento das necessidades materiais daqueles sujeitos que acessam as IFES, apesar do caráter elitista e seletivo do sistema de acesso.

Em relação ao seu surgimento, Kowalski (2012) afirma que as primeiras iniciativas aconteceram durante o governo de Washington Luiz em 1928, com a construção da “Casa do Estudante Brasileiro”, situada em Paris, e tinha como objetivo atender aos alunos que se deslocavam até a capital francesa para cursar a universidade.

Nota-se neste primeiro momento da assistência estudantil, sua restrição aos alunos oriundos das camadas economicamente bem sucedidas, digo, das elites econômicas brasileiras, que eram os que tinham acesso ao ensino universitário.

Foi na década de 1930, durante o governo Vargas, que aconteceu as primeiras tentativas de regulamentar a assistência estudantil para os alunos do ensino superior. Primeiramente, por meio de diversos Decretos, que propunham uma organização do sistema educacional, dentre eles, o de reformar o ensino superior brasileiro, instituído pelo Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931 que versava sobre o Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras e, logo depois com a sua inserção na Constituição Federal de 1934, quando em seu artigo 157, § 2º previa a doação de fundos “a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, médica e dentaria” (BRASIL, 1934).

De acordo com Favero (1980 apud KOWALSKI, 2012), foi por meio de tais leis e decretos que:

Começou-se a vislumbrar a regulamentação da assistência estudantil nas universidades. Dentre alguns benefícios que se previa, destaca-se a concessão de bolsas para determinados alunos, todavia, era necessário haver o entendimento entre professores e estudantes dos conselhos universitários, de que o beneficiado atendesse aos requisitos de modo a cumprir os critérios de justiça e oportunidade. Esses critérios eram embasados nos méritos de cada um sendo que, no caso de pobreza, era preciso comprovar sua situação através da “declaração de pobreza” fornecida por algum instituto assistencial, bem como era observado se o comportamento do sujeito condizia com a pobreza que declarava. Caso ela fosse confirmada, ele se tornava merecedor da bolsa.

Ainda na década de 1930, realizou-se a abertura da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, que recebia grandes doações por parte do governo de Getúlio Vargas e tinha como objetivo auxiliar os estudantes carentes, por meio da concessão de moradia e alimentação. Por muito tempo, a Casa do Estudante do Brasil foi a sede administrativa da União Nacional dos Estudantes (UNE), organização fundada em 1937, com o apoio do Ministério da Educação. Na época, a UNE era responsável por promover a assistência jurídica, bolsas, emprego, bibliotecas, saúde e residência aos estudantes (COSTA, 2009).

No entanto, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1938, a UNE rompeu ligações com a “Casa do Estudante do Brasil” e instituiu o Teatro Universitário Europeu, o que possibilitou a inserção de muitos estudantes na vida cultural acadêmica. Outro ponto importante a destacar no congresso, foi a aprovação do Plano de Reforma Educacional que, segundo Kowalski (2012, p.88), “pretendia solucionar problemas educacionais, auxiliar os estudantes com dificuldades econômicas, aumentar as vagas e expandir o ensino superior” no país.

A criação das primeiras universidades nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, corroborou para o crescimento do ensino universitário e para o aumento das ofertas de cursos. Observando que, na década de 1940 houve a criação de novas universidades em vários Estados da federação. Não pode esquecer que, também, o clero esteve envolvido neste processo, registrando-se, naqueles anos, a criação de várias universidades católicas. Tal expansão se deve, dentre outras coisas, ao fato de que o Brasil estava passando por um intenso

processo de urbanização e industrialização, iniciado ainda em fins do século XIX, e que visava “civilizar os hábitos”, o que acabou por provocar um aumento na demanda por educação. No entanto, essa expansão não significou a democratização da educação brasileira, revelando assim, a permanência do seu caráter elitista e desigual.

Assim, em consonância com a implementação de um novo modelo para ensino superior brasileiro, o modelo universitário, o Estatuto das Universidades Brasileiras, instituiu a assistência estudantil, que tinha como finalidade atender as demandas advindas dessa nova fase do ensino superior.

De acordo com Kowalski (2012, p.88)

A marca de nascença da assistência [estudantil] no Brasil advém do nascimento da universidade e será conservado em toda história da educação superior brasileira, persistindo na estrutura universitária que incorpora as transformações impingidas por um contexto social em constante processo de transformação.

Segundo Costa (2009), um marco importante no que diz respeito à assistência estudantil, foi ela ter se tornado obrigatória para todos os níveis de ensino no país, o que foi garantido pela Constituição Federal de 1946, que afirma em seu Artigo 172: “que cada sistema ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência”(BRASIL, 1946).

No período da ditadura militar, vários debates foram estabelecidos em torno do projeto de reforma universitária, como também, dos direitos da comunidade estudantil. Antes, porém, em 1961, foi promulgada a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trouxe importantes avanços no que diz respeito à assistência estudantil. No Título XI, “Da Assistência Estudantil”, Artigo 90, estabelece “em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos”. E observa, ainda, em seu Artigo 91, “a assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de

serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade” (BRASIL, 1961).

No ano seguinte a promulgação da LDB, foi realizado, em Curitiba, o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, evento organizado pela UNE e suas respectivas comissões, no qual debateu-se, as questões referentes a Assistência Estudantil.

De acordo com Kowalski (2012), foram debatidos alguns pontos para a assistência ao estudante brasileiro, dentre eles, a criação de gráficas universitárias para impressão de jornais, revistas, apostilas e livros, como também, assistência médica, assistência habitacional com a construção de casas e o aumento do número de restaurantes universitários, já prescritos na LDB.

Outro incentivo a educação superior, ocorreu nos anos da ditadura, guardadas as limitações sobrevindas no período. Neste sentido, considere-se a promulgação da Constituição Federal de 1967 - como se pudesse falar em leis naquele momento de excessos-, a referida Carta foi a primeira lei a incluir em seu texto o direito a igualdade de oportunidade, como se observa no Artigo 168, que afirma: “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana” (BRASIL, 1967). Como é sabido, devido ao período de repressão política, tais direitos não se efetivaram em razão das sabotagens operadas pelos governos militares. (KOWALSKI, 2012)

Nos anos iniciais da década de 1970, o governo federal, ainda de caráter ditatorial, criou o Departamento de Assistência Estudantil (DAE), órgão vinculado ao MEC, que tinha como finalidade oferecer uma política de assistência estudantil com ênfase nos programas de alimentação, moradia, assistência médico odontológica a todos os graduandos em nível nacional, no entanto, o referido departamento não teve vida longa, sendo extinto nos governos subseqüentes (COSTA, 2009).

De acordo com Costa (2009), o final da década de 1970 e meados da década de 1980, representaram um período importante para a Assistência Estudantil, pois foi o período em que o governo passou a se preocupar com as questões referentes à política de assistência estudantil. Nesse período, mais precisamente no ano de

1983, foi aprovado pelo MEC, a Fundação de Assistência ao Estudante, que executava a Política Nacional de Assistência ao Estudante, contudo essa fundação só desenvolvia ações voltadas para os alunos de nível fundamental e médio, não abrangendo os alunos de nível superior, que ficavam desassistidos.

Assim sendo, é preciso considerar baseado em Kowalski (2012), que, nesse primeiro momento, não foi possível identificar ações efetivas em relação à assistência estudantil para os estudantes do nível superior. Foram poucas as iniciativas por parte do Estado e das universidades em relação à inserção e permanência dos estudantes no ensino superior, e quando houve alguma ação neste sentido, a mesma não foi suficiente para garantir a permanência, justa, dos alunos nas universidades.

Segundo Pinto et al., (2012) devido o sucateamento que a universidade pública sofreu naquela época, em meados da década da 1970 e início da década de 1980, fica em evidência que, para o governo, a assistência estudantil estava em segundo plano, o que devia-se à falta de um orçamento específico, resultando no aumento expressivo dos índices de retenção em períodos e evasão do alunado universitário.

Para este autor e outros:

A Assistência Estudantil vem sendo redefinida e marcada por uma deterioração em seus programas básicos (alimentação e moradia estudantil). Os esforços para que essa política seja efetivada se tornou intenso por parte de entidades engajadas na luta pela efetivação da Educação como um direito social (PINTO ET AL., 2012).

Foi em fins da década de 1980, quando do período de abertura política e redemocratização do país, em face do novo cenário que surgia que se conseguiu condições favoráveis para implementação de políticas sociais. Foi neste momento que os debates sobre a assistência estudantil vieram ganhar força, principalmente após a promulgação da Constituição de 1988 que instituiu em seu Artigo 206, “I- a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola” (BRASIL, 1988). Considere-se, todavia, a criação, em 1987, de duas grandes frentes políticas de discussões sobre assuntos educacionais, quais sejam: o Fórum Nacional de Pró-

Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

De acordo com Vasconcelos (2010, p.604),

Esses dois segmentos educacionais defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior com o objetivo de: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa renda.

Na década de 1990, o destaque é para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹⁵ aprovada em 20 de dezembro de 1996. A referida lei contém dispositivos que amparam a igualdade de acesso e permanência dos discentes, com destaque para o Artigo 3º no qual orienta que “o ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996), reforçando assim os princípios de igualdade na educação estabelecidos pela constituição de 1988.

Segundo Kowalski (2012) a assistência estudantil adentra uma nova fase no final da década de 1980. Fase mais madura, ocasião em que se percebe uma maior atenção por parte do governo, criando assim condições mais justas de acesso e permanência dos brasileiros de qualquer segmento social e étnico ao ensino superior. Apesar disso, a assistência estudantil, ainda, sofria algumas limitações, principalmente no que se refere a sua fragmentação e restrição de acesso a algumas IFES, como também, a limitação dos recursos para seu financiamento, uma vez que não havia/ não há documentos nas legislações em vigor que designassem recursos financeiros para o custeamento dos seus principais programas.

A própria LDB de 1996, evidencia a desresponsabilização do Estado com o financiamento da Assistência Estudantil, quando relata em seu Artigo 71, inciso IV,

¹⁵ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em 06.04.2014

Que não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social. (BRASIL, 1996).

Um documento importante, que deu ênfase aos assuntos relacionados à assistência estudantil foi o documento elaborado pela UNESCO intitulado “Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI”, aprovado em Paris, no ano de 1998. Para Kowalski (2012) esse documento impulsionou algumas mudanças no ensino superior devido às transformações econômicas e sociais no contexto mundial e acabou por introduzir em sua pauta de discussões a assistência estudantil, ressaltando sua relevância para a superação dos problemas enfrentados pela comunidade estudantil que acabam afetando sua permanência dentro da universidade.

Na busca de definir parâmetros e diretrizes para os programas e projetos da assistência estudantil, o FONAPRACE, órgão assessor da ANDIFES, realizou duas pesquisas nacionais a fim de traçar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das IFES que, mais tarde, resultariam na elaboração do Plano Nacional de Assistência Estudantil. A primeira pesquisa foi realizada entre 1996 a 1997 e contou com a participação de 84,62% das IFES brasileiras; a segunda pesquisa, por sua vez, foi realizada entre 2003 a 2004, contando com a participação de 88,60 das IFES.

Para traçar o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES que representou um universo de 469.378 estudantes dessas instituições, foi adotado o critério ANEP- Brasil, Associação Nacional de Empresa de Pesquisa e constatou-se que 43% dos estudantes pertencem às categorias C, D e E. Estas categorias englobam estudantes provenientes de famílias cujos chefes têm atividades ocupacionais que exigem pouca ou nenhuma escolaridade, resultando em baixo poder aquisitivo, cuja renda familiar média mensal é de no Máximo R\$ 927,00 (BRASIL, 2007).

De acordo com os resultados das pesquisas realizadas pelo FONAPRACE, o quadro de estudantes brasileiros é composto por jovens do sexo feminino, solteiras e sem filhos, que residem com familiares, tem o pai como provedor principal e

utilizam o transporte coletivo regularmente. E mais, afirma que estes sujeitos estudam nas IFES pela gratuidade e qualidade do ensino, buscando desenvolver suas aptidões pessoais com o ideal de contribuir para mudar a sociedade. Lêem pouco, informam-se através dos telejornais, divertem-se dançando e freqüentando barzinhos, envolvem-se pouco com movimentos sociais, tem a atividade física como lazer, preferindo as caminhadas. Evidencia-se, também, que boa parcela destes alunos é migrante, ou seja, migraram para outras cidades para poder estudar (ANDRÈS, 2011).

Ainda de acordo com os resultados dessas pesquisas, os principais indicadores sociais de sobrevivência são moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho. A pesquisa, também, demonstrou que 35% dos estudantes se desmembram do seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando assim a necessidade de moradia e apoio afetivo em outras localidades. Desse modo, nota-se que o local de moradia torna-se um importante indicador de qualidade e condições de vida. Em relação à alimentação, o restaurante universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação da necessidade básica, educativa, de ação social e de convivência universitária para 19% dos estudantes pesquisados (ANDRÈS, 2011).

Essas pesquisas evidenciaram os principais problemas presentes no perfil do alunado, problemas estes que acabam implicando no difícil acesso e na permanência dos jovens nas universidades, o que muitas vezes acaba resultando na retenção em série e evasão de boa parte destes sujeitos. Portanto, por tudo o que foi exposto aqui, viu-se que há a necessidade de criar, manter e ampliar os programas da assistência estudantil, no Brasil, a fim de minimizar tais dificuldades, proporcionando aos estudantes a conclusão dos seus cursos sem muitos percalços.

De acordo com o PNAES

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse processo não se pode efetivar, apenas, no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que

apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (BRASIL, 2007)

Cabe observar ainda que no final da década de 1990, mas precisamente no final do ano de 1999, o FONAPRACE, com base nos resultados das pesquisas citadas anteriormente, solicitou a inclusão da Assistência Estudantil no Plano Nacional de Educação (PNE), sendo prontamente atendido pelo relator do PNE, o Deputado Nelson Marchezan, que determinou a concessão de programas de assistência estudantil, tais como: bolsa trabalho e outros destinados a apoiar discentes carentes com bom desempenho acadêmico.

É importante notar que somente em 2007, a Política de Assistência Estudantil ganharia espaço na pauta de discussões da política educacional brasileira, resultando na formulação e publicação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pela Portaria Normativa nº 39 – MEC em 12 de dezembro de 2007, sendo executado pelo Ministério da Educação em 2008, durante o 1º governo Lula.

Em 19 de Julho de 2010, o então presidente Lula transformou o programa em Decreto-Lei nº 7.234, com a finalidade de “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010).

Conforme estabelecido no Decreto, são objetivos do PNAES:

I- democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II- minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III- reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Ainda conforme o mesmo Decreto em seu Art. 3º, parágrafo 1º, as ações da assistência estudantil deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I- moradia estudantil; II- alimentação; III- transporte; IV- atenção à saúde; V- inclusão digital; VI- cultura; VII- esporte; VIII- creche; IX- apoio pedagógico;

e X- acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

De acordo com o PNAES:

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010).

No governo Lula, vários programas foram implementados com o objetivo de promover o acesso dos alunos nas IES (Prouni, Fies, UAB, Reuni). Tais programas tinham como propósitos realizar a inserção destes estudantes por meio da concessão de bolsas e financiamento das mensalidades em instituições privadas, expansão das matrículas e dos cursos noturnos.

Esses programas tiveram seus objetivos alcançados, pois conseguiram promover a inserção de muitos jovens na universidade. Contudo, só promover a inserção não era o bastante, era preciso mecanismos que possibilitassem a permanência destes.

Com esse propósito, o Programa de Apoio a Planos e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, institui em seu Art 1º a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior e, em seu Art 2º, item V, a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil. Contudo, tais questões só vieram a ser efetivada a partir da aprovação do PNAES, aprovada no mesmo ano, objetivando na ampliação da assistência estudantil como política pública de direito.

Em relação aos recursos destinados a assistência estudantil ficou posto a IFES, a autonomia de utilizá-los de acordo com suas especificidades, ou seja, de acordo com as demandas particulares de cada região da federação.

Apesar dos percalços, nos últimos anos, a assistência estudantil tem se revelado como um importante mecanismo na viabilização do acesso e da

permanência dos alunos com poucas condições socioeconômicas no âmbito universitário, promovendo assim a democratização do ensino universitário brasileiro, que desde sua gênese tem sido acompanhada pelo caráter desigual advindo da estrutura social que estava na origem da sociedade brasileira.

Por fim, cumpre dizer que a aprovação do PNAES representou um marco histórico na área da assistência estudantil, pois significou um passo importante no acesso democrático ao ensino superior por sujeitos de todos os sexos, credos, cultura, situações econômicas, enfim, de todas as classes, atendendo assim as reivindicações dos diversos movimentos sociais que por anos afio lutaram para que essa questão recebesse uma atenção especial dos nossos gestores.

3 O Instituto Federal e a Política de Assistência Estudantil no campus de Sousa – PB: O perfil dos discentes contemplados pelos programas da Política de Assistência Estudantil do IFPB

3.1 O Instituto Federal da Paraíba: breves considerações sobre a instituição

A história dos Institutos Federais é recente no cenário educacional brasileiro, mais precisamente no que se refere ao cenário da educação profissional e tecnológica do país. Seu caráter ousado e inovador trazem para o campo de ensino, um novo modo de fazer educação profissional, com uma faceta mais democratizante, voltado para o fortalecimento da cidadania dos trabalhadores, e não só para a preparação do indivíduo para as necessidades do mercado de trabalho, como também, no seu formato institucional que abrange os diversos níveis de ensino.

De acordo com Pacheco et al (2010), o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, tendo por objetivo ampliar a educação profissional e tecnológica no país, anunciou, em 2005, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a meta de construir 65 universidades em todo o país. Contudo, esse objetivo só veio a se concretizar, em 2007, com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC, realizando assim, a construção de mais de 150 unidades até o ano de 2009.

Desse modo, a criação dos Institutos Federais se deu no segundo mandato daquele presidente que tinha como meta “assegurar a educação e, particularmente, a educação tecnológica um lugar privilegiado nas políticas do seu governo” (PACHECO, 2010, p.72).

No final de 2008, foi promulgada a Lei nº 11.892 que institui a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, possibilitando a implementação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país, revelando assim, uma nova face da educação profissional e tecnológica Brasileira (PACHECO et al, 2010).

Segundo a Lei nº 11.892, em seu Artigo 2º

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais foram formados a partir da integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (ETFs e EAFs) e das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

De acordo com Pacheco (2011, p.13-14):

Estas instituições têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país. São 38 institutos, com 400 campi espalhados por todo o território brasileiro, além de várias unidades avançadas atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o ensino médio, licenciaturas (20% das vagas) e graduações tecnológicas, podendo ainda disponibilizar especializações, mestrados profissionais e doutorados voltados principalmente para a pesquisa aplicada de inovação tecnológica.

De acordo com a Lei, os Institutos Federais estão equiparados às Universidades Federais no que se refere à regulação, avaliação e supervisão, como também na denominação de campus das suas unidades e na gestão máxima realizadas pelos Reitores.

O diferencial dos Institutos Federais fica a cargo da sua autonomia em criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos oferecidos, mediante autorização do seu conselho superior, aplicando-se no caso de oferta de cursos a distância, a legislação específica (BRASIL, 2008).

Em relação a isto, Pacheco (2010, p.79) afirma que

Os Institutos nascem, assim, pelo menos no seu formato jurídico – Institucional, procurando distinguir-se da universidade clássica (embora nela se inspirem), assumindo uma forma híbrida entre Universidade e Cefet e representando, por isso mesmo, uma desafiadora novidade para a

educação brasileira. São instituições de educação superior, mas também de educação básica, e, principalmente, profissional, pluricurriculares e multicampi; terão na formação profissional, nas práticas científicas e tecnológicas e na inserção territorial os principais aspectos definidores de sua existência. Traços que as aproximam e, ao mesmo tempo, as distanciam das universidades.

Um ponto importante a destacar nos Institutos Federais, é a verticalização do ensino, onde há uma livre relação entre as diferentes modalidades, que vai desde a educação básica a superior, possibilitando atuação dos docentes em diferentes níveis de ensino e o dialogo entre eles, como também, a interação entre os discentes no compartilhamento dos espaços de aprendizagem promovendo a inter-relação dos saberes, delineando assim a trajetória de formação do curso técnico ao doutorado (PACHECO, 2011).

Em relação às modalidades de ensino, a Lei determina que:

Os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação lato e stricto sensu, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada do trabalhador e dos futuros trabalhadores. (BRASIL, 2008 apud PACHECO, 2010, p.80).

De acordo com Pacheco (2011), os Institutos Federais tem como missão ir além de uma educação técnica voltada para a instrumentalização do indivíduo para o mercado de trabalho, dando ênfase a formação baseada em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana, preparando os indivíduos para exercer sua cidadania, na busca de caminhos dignos de vida.

Segundo Pacheco (2011, p. 15):

Derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais

na compreensão do mundo do trabalho em uma participação qualitativa superior nele.

Dentre os vários institutos criados em todo o país, podemos destacar a criação do Instituto Federal da Paraíba que resultou da integração de duas instituições: o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET – PB) e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAF-SOUSA).

A Origem do CEFET – PB se deu a partir da criação do Colégio de Educandos Artífices Pobres e Órfãos que aconteceu por força da Lei nº 6, de 1º de Outubro de 1859¹⁶, o estabelecimento que funcionou precariamente por cerca de quarenta anos, foi transformado em Escola de Educando Artífices (EAA) por meio do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, e oferecia os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Serralharia, Encadernação e Sapataria. Anos mais tarde, mais precisamente em 1937, a EAA é transformada em Liceu Industrial, pela Lei nº 378, que tinha como objetivo executar o Ensino Profissional em vários ramos e graus. Em 1942, o Decreto nº 4.127 transformou o Liceu Industrial em Escola Industrial de João Pessoa, também conhecida por Escola Industrial Federal da Paraíba, que perdurou até o ano de 1959.¹⁷

Em Relação à origem da Escola Agrotécnica Federal de Sousa, esta se deu no ano de 1955, a partir da criação da Escola de Economia Doméstica, instituída por meio da Portaria nº 552 e tinha como principal objetivo, formar professores rurais. No entanto, foi no ano de 1979, por meio do Decreto nº 83.935, que a Escola de Economia Doméstica recebeu a denominação de Escola Agrotécnica Federal de Sousa.¹⁸

Anos mais tarde, com expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, estas instituições se fundiram resultando assim, na implementação do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia da Paraíba, IFPB Campus – Sousa.

¹⁶ Conforme Relatório do Presidente da Parahyba do Norte, 1859. Disponível em <http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso, 11.04.2014.

¹⁷ Disponível em <http://ifpb.edu.br/institucional/historico>. Acesso em 11.04.2014

¹⁸ Disponível em <http://ifpb.edu.br/institucional/historico>. Acesso em 11.04.2014

Atualmente, o IFPB campus Sousa executa as diversas modalidades de ensino, dispondo de cursos técnicos presenciais nas áreas de Agropecuária, Agroindústria, Informática e Meio Ambiente, cursos superiores de tecnologia em Agroecologia, Tecnologia em Alimentos, Licenciatura em Química, Bacharelado em Medicina Veterinária e Licenciatura em Educação Física, como também, na modalidade à distância com os cursos de Técnico em Segurança do Trabalho e Licenciatura em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa.

3. 2. A Assistência Estudantil no IFPB

No que se refere à assistência ao estudante, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto nº 7.234, mas precisamente em seu Artigo 4º, estabelece que as ações da assistência estudantil sejam executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendem às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2007).

Assim, nota-se que a assistência estudantil não está restrita somente aos estudantes das universidades federais, mas também, contempla os alunos dos Institutos Federais, em suas diversas modalidades de ensino, dentre elas a de nível superior.

No entanto, em consonância com o PNAES, o Instituto Federal da Paraíba possui uma Política de Assistência Estudantil própria, efetivada por meio da Coordenação Geral de Assistência ao Educando (CGAE), que tem como propósito atender as necessidades do seu corpo discente, a fim de minimizar as dificuldades econômicas e sociais dos sujeitos atendidos, possibilitando sua permanência e conseqüentemente a conclusão dos cursos que frequentam.

De acordo com Art. 1º da Política de Assistência Estudantil do IFPB, esta:

Dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes estratégicas, materializadas através de programas que visam assegurar ao educando o acesso, a permanência e a conclusão do curso,

na perspectiva de formar cidadãos éticos comprometidos com a defesa intransigente da liberdade, da equidade e da justiça social (IFPB).

Em conformidade com seu Art. 2º, a Política de Assistência Estudantil do IFPB tem como princípios

I- Educação como um bem público, gratuito e de qualidade; II- posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure o acesso, a permanência e conclusão do curso com qualidade; III- assistência estudantil como direito social e dever político; IV- reconhecimento da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber – como valor ético central; V- compromisso com a qualidade dos serviços prestados; VI- fortalecimento da formação humanística no processo de aprendizagem do educando; VII- empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, incentivado o respeito à diversidade e a discussão das diferenças; VIII- comprometimento com educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo formativo interrompido; IX- socialização com a comunidade, o conhecimento elaborado e produzido no processo de aprendizagem.¹⁹

Desse modo, em conformidade com tais princípios, a Política de Assistência Estudantil do IFPB terá por objetivos

I- Assegurar aos discentes a igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas; II- realizar acompanhamento psicossocial aos discentes visando melhorar o desempenho acadêmico, reduzindo o índice de evasão e retenção na série; III- assegurar ao alunado que apresente necessidades educativas especiais condições para seu amplo desenvolvimento acadêmico; IV- promover programas de atenção aos estudantes portadores de necessidades especiais; V- ofertarem educação de qualidade para jovens e adultos trabalhadores que tiveram seu processo educativo interrompido; VI- fortalecer a ampliar programas de bolsa: alimentação, permanência, transporte, extensão, monitoria e outros; VII- reduzir os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais; VIII- realizar projetos de extensão tendo em vista socializar com a comunidade o conhecimento elaborado e produzido no processo educativo.²⁰

¹⁹ Disponível em <http://www.ifpb.edu.br/reitoria/assistencia-estudantil>. Acesso em 11.04.2014

²⁰ Disponível em <http://www.ifpb.edu.br/reitoria/assistencia-estudantil>. Acesso em 11.04.2014

A operacionalização da Política de Assistência Estudantil deve ocorrer por meio dos seguintes programas:

- Programas de Benefícios Sócio assistenciais, que visa garantir aos discentes em vulnerabilidade social, meios que dê condições necessárias para bom desempenho acadêmico;
- Programa de Alimentação que visa oportunizar aos alunos o atendimento das necessidades básicas de alimentação a partir dos serviços de Restaurante Universitário, como também, do Auxílio em pecúnia;
- Programa de Atenção a Saúde do Estudante que tem como finalidade garantir ao alunado serviços de atendimento básico a prevenção da saúde;
- Programa de Moradia que visa garantir ao aluno migrante serviço de moradia universitária em alojamentos, como também, o auxílio em pecúnia;
- Programa de Iniciação ao Trabalho que visa garantir a permanência do aluno por meio da concessão de bolsa a partir do desenvolvimento de tarefas que contribua para seu desenvolvimento cognitivo;
- Programa de Integração dos Estudantes Ingressos, que tem como finalidade acolher, informar, apresentar e integrar os estudantes no contexto institucional;
- Programa de Material Didático Pedagógico, que visa ofertar material didático para aqueles alunos que não possuem condições financeiras de adquiri-los;
- Programa de apoio aos Estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais, que tem como objetivo atender a esses alunos, visando o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas sem muitos percalços;
- Programa de Atualização para o Mundo do Trabalho, que visa promover a viabilização da participação dos estudantes em atividades extracurriculares, complementando sua formação acadêmica;
- Programa de Apoio Pedagógico que tem como objetivo apoiar pedagogicamente os alunos com dificuldades no processo de aprendizagem, promovendo atividades de apoio e orientação que estimulem a permanência do aluno no âmbito acadêmico;
- Programa de Auxílio Transporte, que tem como finalidade assegurar aos alunos, condições de deslocamento, através de subsídios financeiros.

A seleção de parte desses programas se dá por meio de processo seletivo, onde serão avaliados os fatores sociais, econômicos e financeiros detectados através dos indicadores socioeconômicos, como renda familiar, número de dependentes, despesas com a moradia, distância do domicílio de origem e situações de doença na família. Tais indicadores possibilitam ao Assistente Social, detectar os problemas vivenciados pelos estudantes no seu cotidiano familiar e educacional que acabam implicando no seu processo acadêmico.

3.3. Percurso Metodológico

De acordo com Deslandes et al (2012), metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

No entanto, para a realização deste trabalho, foi utilizada como processo metodológico, a pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório, com uma perspectiva de análise crítica.

Segundo Marconi e Lakatos (2008), a pesquisa bibliográfica, caracterizada como fonte secundária, possibilita ao pesquisador utilizar de tudo que já foi escrito sobre o assunto, através de um levantamento bibliográfico, das diversas obras publicadas; por sua vez, a pesquisa documental, caracterizada como fonte primária, possibilita a investigação de documentos de primeira mão, nunca antes analisados, provenientes de órgãos que realizam as observações.

Neste sentido, foi realizada uma pesquisa nos arquivos do IFPB Campus Sousa. Para o que foram compulsados, especificamente os formulários de inscrições de pedido do auxílio assistência ao estudante, do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), de alunos do nível superior contemplados no processo seletivo

01/2013. Neste universo espaço-tempo, foi levantada uma amostra de treze formulários de inscrição de alunos, extraída de um total de 295 alunos contemplados pelos programas dentre os 367 inscritos. Os formulários foram escolhidos levando-se em conta o seguinte critério: somente aqueles estavam cursando o ensino superior e que tinham sido contemplados com algum auxílio da assistência estudantil. Foram consideradas as seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, escola de origem, curso, turno, número de alunos migrantes, situação de moradia do aluno, situação de trabalho, situação em relação à renda familiar, valor da renda familiar, programas mais acessados, como também, foi analisado os motivos de solicitação destes alunos.

Ademais, buscou-se compreender a Política de Assistência Estudantil a partir da análise do perfil dos alunos contemplados pela assistência estudantil do IFPB, no Campus de Sousa, identificando assim suas principais dificuldades e a importância da assistência estudantil na minimização destas.

Consta no edital do processo seletivo 01/2013 da assistência estudantil do IFPB, Campus Sousa, que foram ofertadas 474 vagas entre todas as modalidades de ensino, onde 5% são reservadas para pessoas com deficiência. Os auxílios estavam assim distribuídos: Auxílio Moradia (150), Auxílio Alimentação (150), Auxílio Transporte (150) e Programa Iniciação ao Trabalho (24). Tal processo obteve um total de 367 alunos inscritos, sendo que 295 foi o número de alunos contemplados, considerando que, a maior parte destes alunos foram contemplados em mais de um auxílio, devido a possibilidade de acumulação destes. Desta forma é o perfil dos alunos contemplados, sem maiores ambições, que analisaremos a seguir.

Não foi possível conhecer a metodologia utilizada pelos Assistentes Sociais e demais membros da equipe pedagógica da instituição. Foram nos disponibilizados os formulários, que só puderam ser analisados a partir de uma perspectiva mais quantitativa, do que qualitativa.

Portanto, trata-se de uma abordagem quanti-qualitativa, cuja finalidade foi descrever e analisar o perfil socioeconômico de estudantes beneficiados pela assistência estudantil do Instituto Federal da Paraíba, Campus Sousa, no ano de

2013. Segundo Duarte (s/d) ²¹, a pesquisa quantitativa possibilita traduzir tudo aquilo que pode ser quantificável, ou seja, traduzir em números as opiniões e informações obtidas com a análise dos dados, enquanto a pesquisa qualitativa é traduzida por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis, ou seja, leva em consideração os traços subjetivos e as particularidades de cada indivíduo.

3.4 O perfil dos alunos contemplados pelo programas de Assistência Estudantil do IFPB em 2013

Esta pesquisa reflete a interação do Serviço Social com a Educação superior e, principalmente, com os discentes do Instituto Federal de Educação da Paraíba, Campus Sousa, conforme indicado anteriormente. O trabalho tem por objetivo analisar o perfil socioeconômico destes estudantes, tendo em vista o que é observado no PNAES, que estabelece que os critérios de seleção dos estudantes devem levar em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos pela instituição de educação, de acordo com a sua realidade.

Neste sentido, de acordo com a pesquisa realizada junto a Assistência Estudantil do IFPB, Campus Sousa, utilizando-se de uma amostragem de 13 formulários, de alunos do ensino superior contemplados no processo seletivo do ano de 01/2013, pode-se verificar o perfil destes, a sua posição socioeconômica, e os motivos que os levaram a procurar por estes benefícios.

O gráfico a seguir, mostra a divisão por sexo dos discentes contemplados pelo programa de Assistência Estudantil.

²¹ Disponível em <http://monografias.brasilecola.com/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm>
Acesso em 14.04.2014

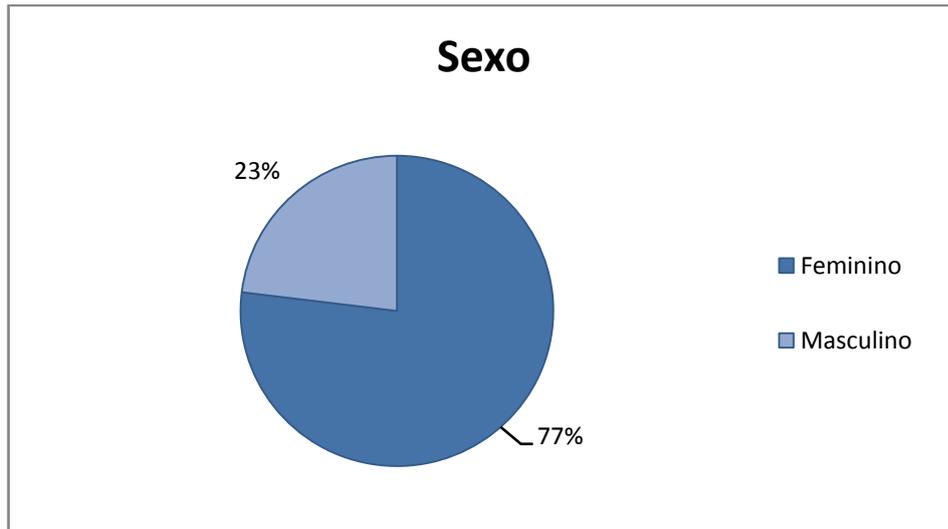


Gráfico 1 – Classificação por sexo

De acordo com o gráfico 1, verificou-se uma presença majoritária do sexo feminino, 77%, em relação ao sexo masculino, 23%, no que se refere à procura pelos programas da Assistência Estudantil para a manutenção de suas despesas básicas e acadêmicas. Isso nos revela a busca feminina pela sua permanência no ensino superior, possibilitando o rompimento de paradigmas em relação à educação brasileira, que durante anos foi considerado um espaço meramente masculino.

No que se refere à média de idade dos alunos beneficiados pela Política de Assistência Estudantil do IFPB (Gráfico 2), 46% possuem idade entre 21 a 25 anos; 31% de até 20 anos; 23% entre 26 a 30 anos; e acima de 36 anos não foi constatado nenhum aluno dentre os formulários analisados.

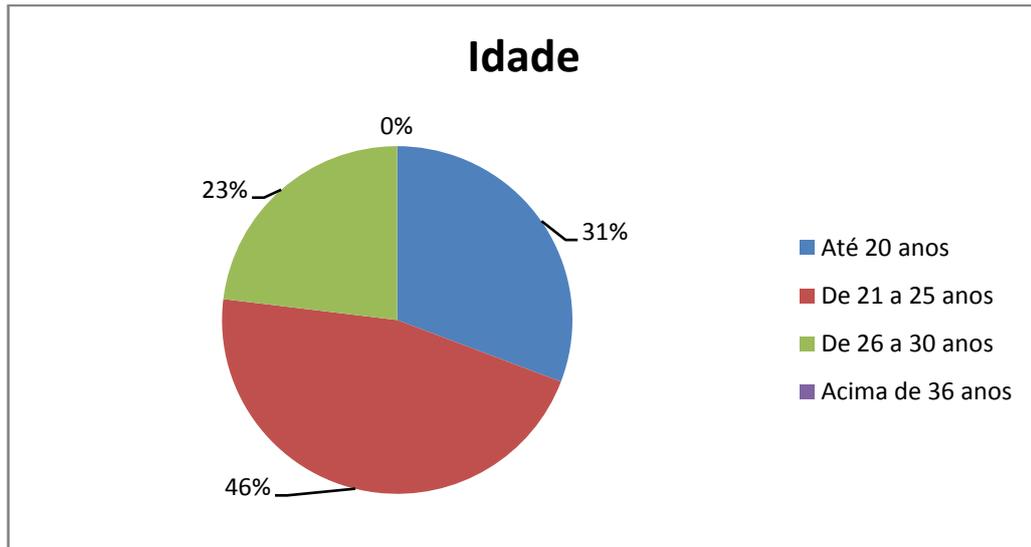


Gráfico 2 – Classificação por idade

Assim, a análise dos dados coletados em relação às condições sociais dos estudantes da referida Instituição informam, ainda, que sobre o interesse em estudar, por parte de um público jovem (de até 20 anos de idade e aqueles nas faixas-etárias entre 21 e 25 anos), como também há um interesse entre o público adulto-jovem (entre 26 e 30 anos de idade), publico este que está em busca de mais conhecimento e mais qualificação para o mercado de trabalho.

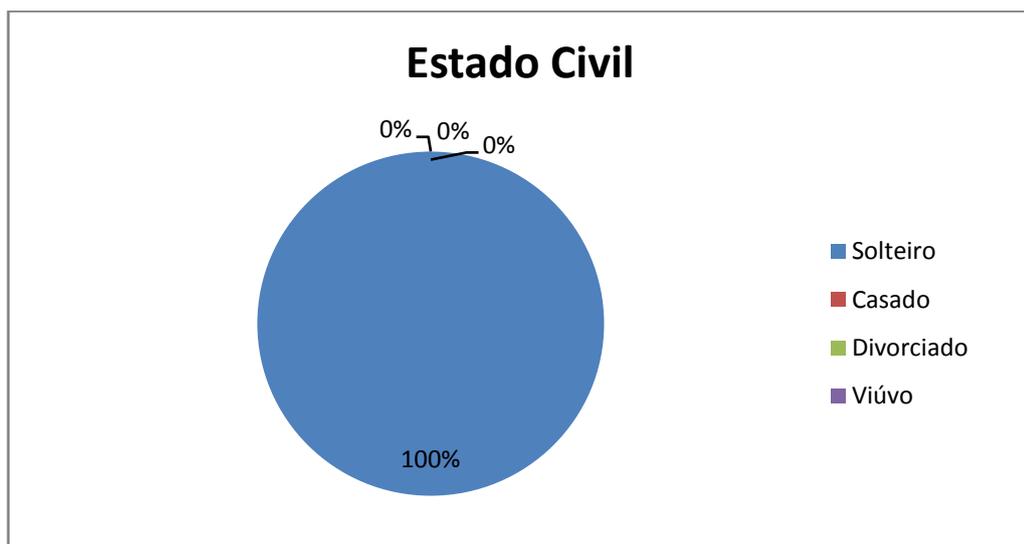


Gráfico 3 – Classificação por estado civil

De acordo com a pesquisa feita, verificou-se a presença unânime de estudantes solteiros 100%, revelando assim, a predominância destes nos cursos

superiores do IFPB Campus Sousa. O que é preocupante visto que no cenário da nossa pesquisa ainda predomina a cultura de que a mulher deve ocupar o papel de mãe-mulher-dona-de-casa.

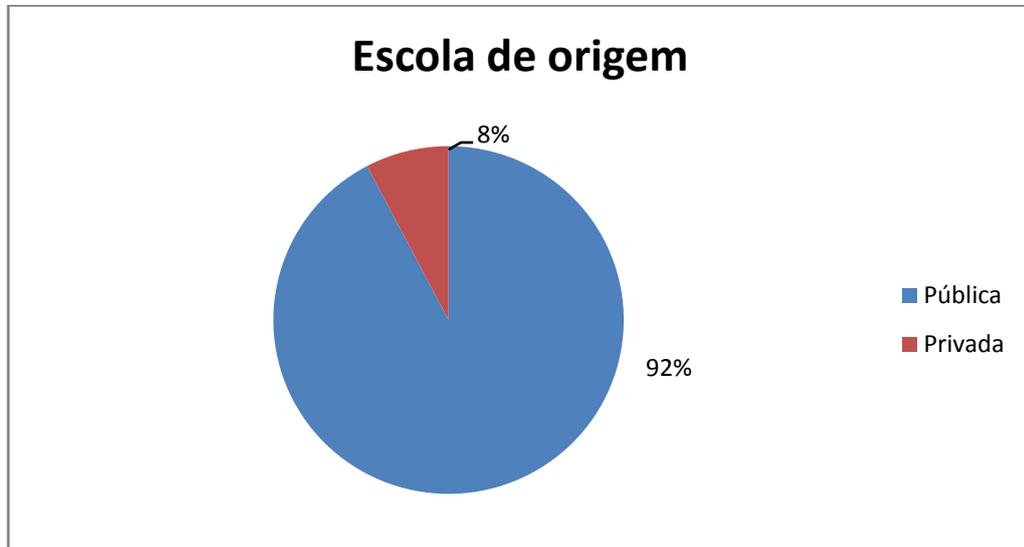


Gráfico 4 – Classificação por escola de origem

O Gráfico 4, por sua vez, deixa em evidencia a predominância de alunos advindos da escola pública perfazendo um total de 92% dos estudantes. Há, todavia, um interesse em ser assistido pelo programa de Assistência Estudantil por parte de alunos da rede privada. E sabendo que o programa não é exclusivo para pobres. Todavia, observa-se que os alunos que advêm da escola pública, na maior parte das vezes, pertencem aos segmentos sociais pauperizados, ou seja, aqueles estudantes que possuem dificuldades socioeconômicas e que já entraram na universidade em situação desfavorável em relação aos outros. Desse modo, a assistência estudantil se mostra como importante instrumento no que diz respeito à igualdade de condições de acesso e permanência destes na educação superior, explicando assim, o maior número de alunos de origem pública na procura pelos programas.

De acordo com Zago (2006, p.233 apud BARBOSA, s/d, p.18) ²²

Se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo “uma vitória”, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso. Originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda

²² Disponível em <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/20626/20626> Acesso em 04.12.2013

familiar para essa finalidade. Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com a família.

No Gráfico 5, pode-se observar o número de alunos contemplados pela assistência estudantil de acordo com o curso. Ficou determinado que 31% são alunos do curso de Licenciatura em Química, 23% são alunos do curso de Medicina Veterinária, o mesmo percentual de alunos do curso de Tecnologia em Alimentos, 15% são alunos do curso de Educação Física e 8% são alunos do curso de Tecnologia em Agroecologia.

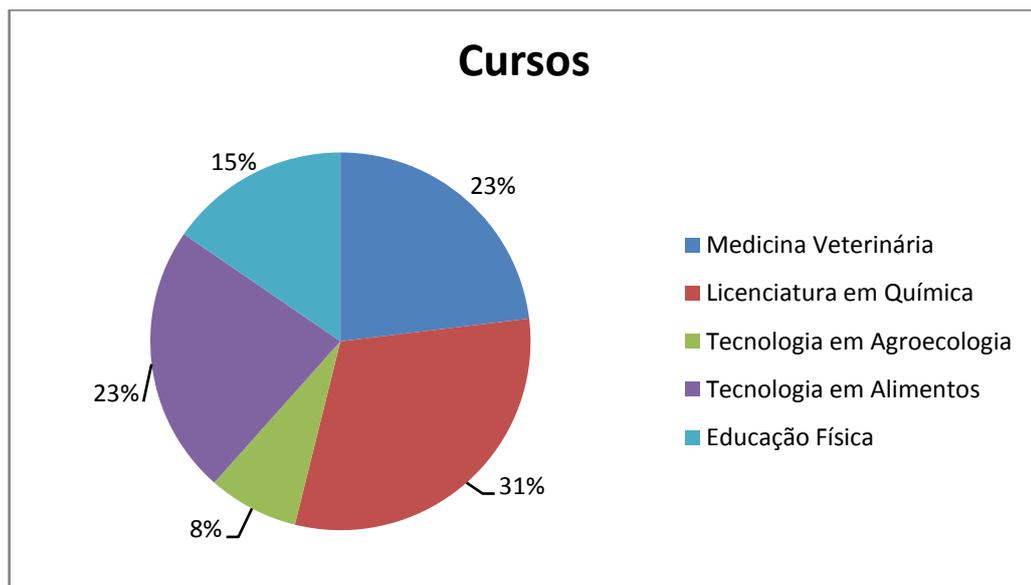


Gráfico 5 – Classificação por curso

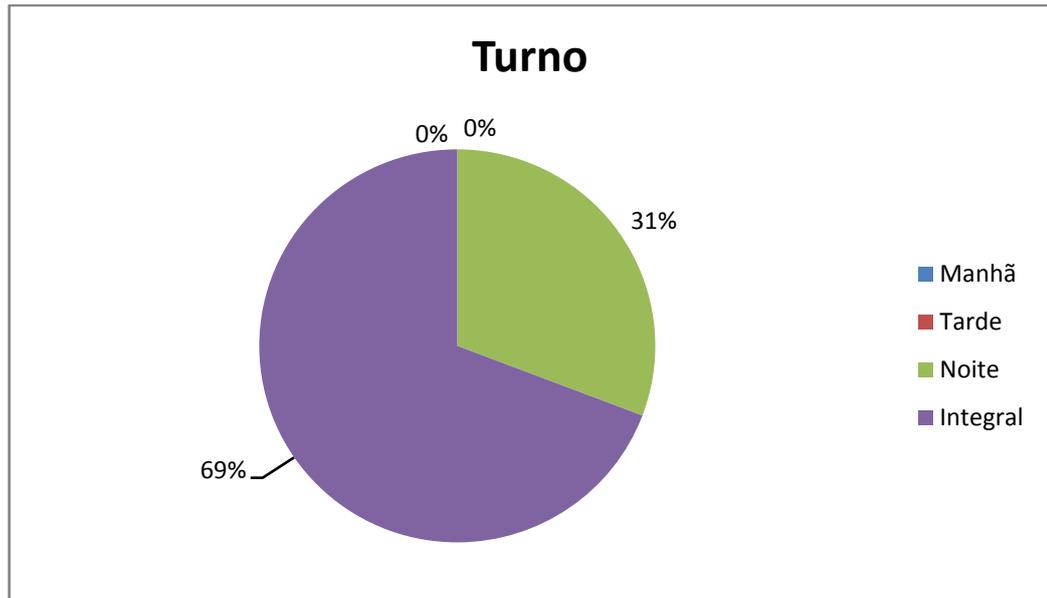


Gráfico 6 – Classificação por turno do curso

Quanto ao turno de estudos dos alunos contemplados com o auxílio, conforme gráfico 6), os dados apontam que 69% estudam em turno integral e 31% estuda no turno da noite. Esse maior percentual de alunos que estudam em tempo integral na procura pelos programas da assistência estudantil, deve-se ao fato de não poderem trabalhar, evidentemente por causa dos estudos, ocasionando assim na procura por uma ajuda financeira complementar que os possibilite a permanência no espaço acadêmico.

Também foi observado que muitos dos alunos do curso superior precisam fazer deslocamentos para chegar ao estabelecimento de ensino. Alguns chegam mesmo migrar de outras localidades a fim de fazer um curso superior, conforme se observa no gráfico a seguir:

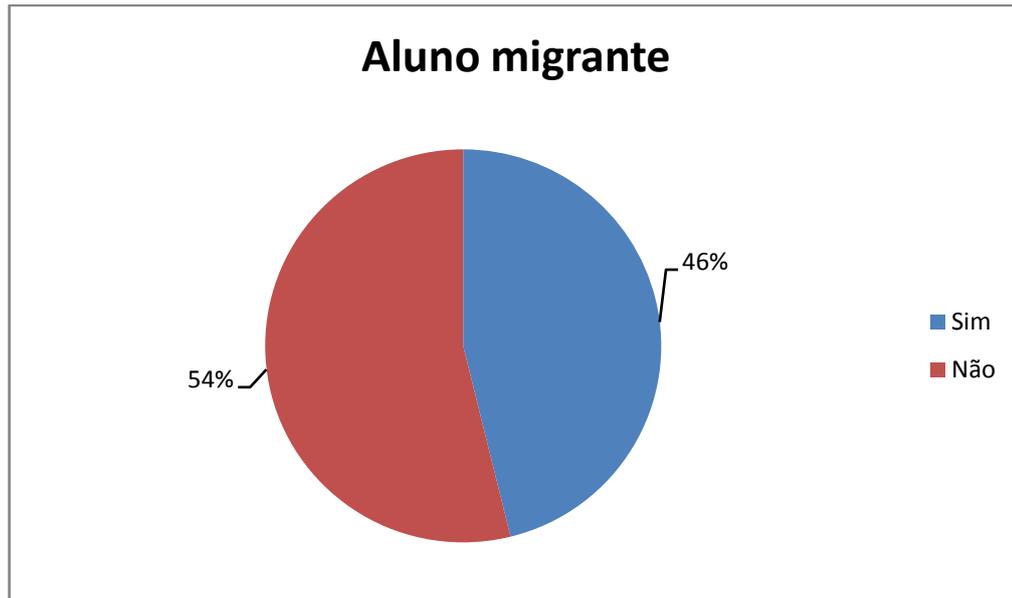


Gráfico 7 – Número de estudantes migrantes

O Gráfico 7 mostra o percentual de alunos que migraram de suas cidades para estudar, ou seja, 46% dos alunos são migrantes, enquanto 54% residem na cidade em que estuda ou moram em cidades circunvizinhas e se deslocam todos os dias do município em que reside para poderem assistir aula, conforme se observou nos formulários.

Esses alunos migrantes são uma das principais demandas atendidas pela assistência estudantil, no que se refere a auxiliar financeiramente com os custos de moradia e alimentação, pois, muitas vezes, o aluno não possui condições financeiras para sua manutenção básica.

Apesar de ser maioria o número de estudantes residentes Município de Sousa, precisam do auxílio para transporte, principalmente os das cidades circunvizinhas.

É importante notar que além da migração que é importante fator de análise para a distribuição do benefício, a situação de moradia também é importante fator para análise e distribuição do auxílio, como se observará.

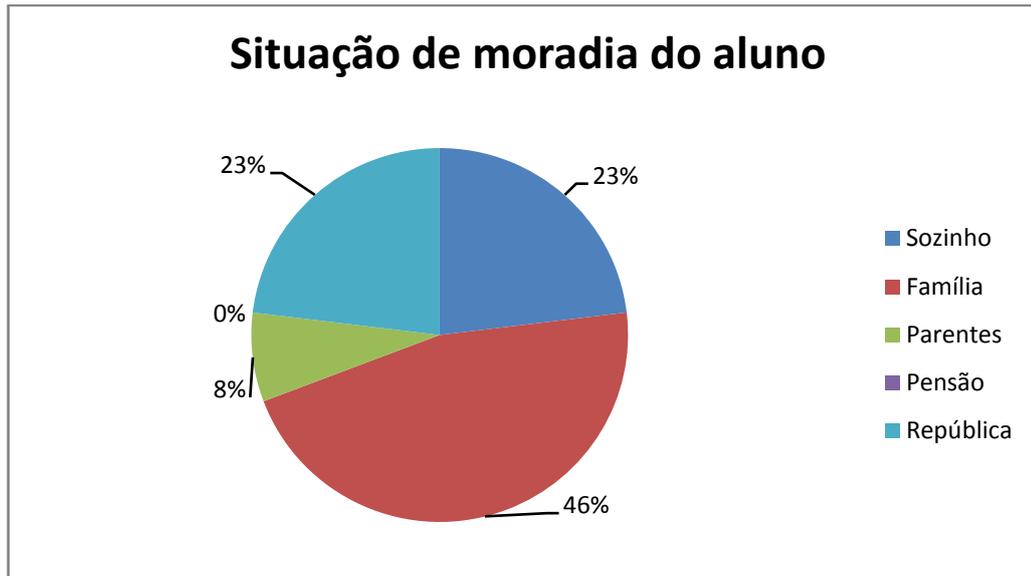


Gráfico 8 – Classificação por situação de moradia do aluno

Os dados do Gráfico 8 revelam a situação de moradia dos alunos contemplados pela Assistência Estudantil. Desse modo, 46% dos alunos moram com a família, 23% dos alunos moram sozinhos ou dividem apartamentos com outros alunos, o mesmo percentual de 23% de alunos moram em repúblicas, 8% mora com parentes e nenhum aluno mora em pensão.

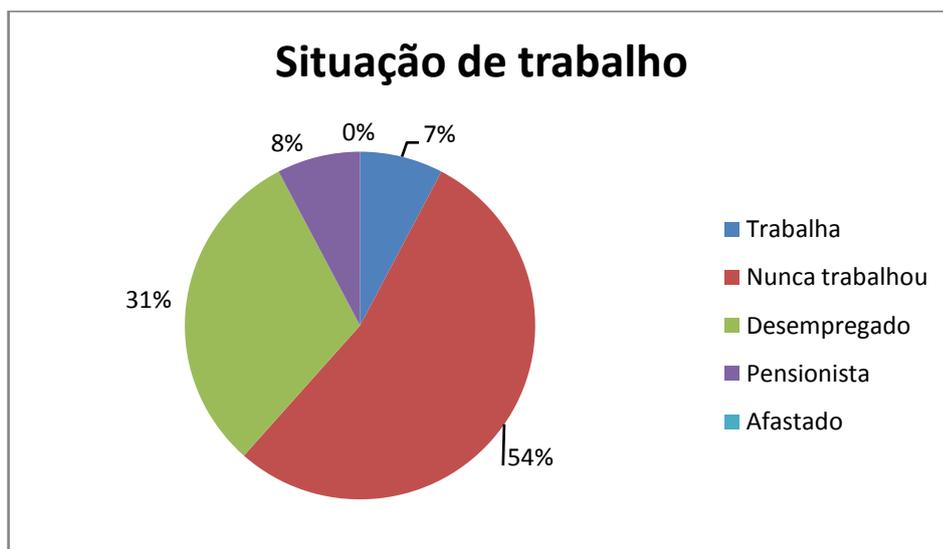


Gráfico 9 – Classificação por Situação de trabalho

Os dados do Gráfico 9 mostram o percentual de alunos em situação de emprego, onde 54% dos alunos nunca trabalhou e sempre se mantiveram com a ajuda dos pais, 34% dos alunos se encontram desempregados, situação que os

fazem recorrer a assistência estudantil em busca de subsídios para se manterem estudando, 8% dos alunos são pensionistas, e com o mesmo percentual de 8% são os alunos que exercem algum trabalho e que, mesmo assim, procuram a assistência estudantil a fim de complementarem a renda, o que se dá devido aos baixos salários que recebem. Importante foi constatar que nenhum aluno estava em situação de afastamento por qualquer motivo.

Assim, se confirma que a assistência estudantil é importante, no que se refere ao afastamento do aluno do âmbito acadêmico, com relação à necessidade de trabalhar, possibilitando assim que aluno não precise desistir de sua formação por causa das dificuldades financeiras.

Sabendo que, historicamente a situação de pobreza relaciona-se a má distribuição de renda, o que resulta em desigualdades e discriminação, cabe observar o perfil econômico das famílias dos discentes assistidos pelo benefício da Assistência Estudantil. Assim, na análise da situação econômica observou-se, também, a situação de pobreza da família, o que fica melhor explicado nos gráficos 10 e 11.

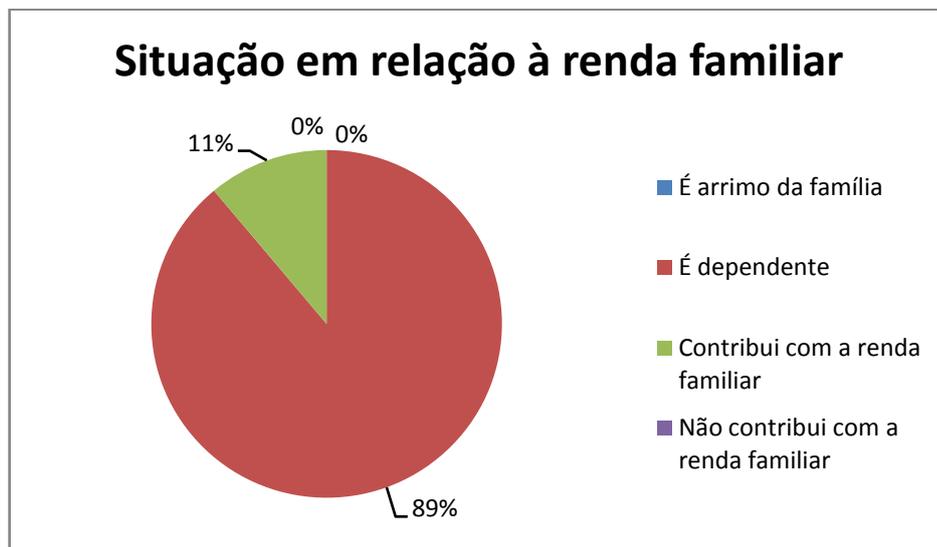


Gráfico 10 – Classificação por situação em relação à renda familiar

Os resultados encontrados no Gráfico 10 nos revelam que a maioria dos alunos depende da renda familiar para se manterem estudando, com um percentual de 89% em relação aos que contribuem com a renda familiar 11%. Não foi

constatado nenhum aluno que fosse o principal responsável pela renda ou que possuísse algum trabalho e não contribuísse com a renda familiar.

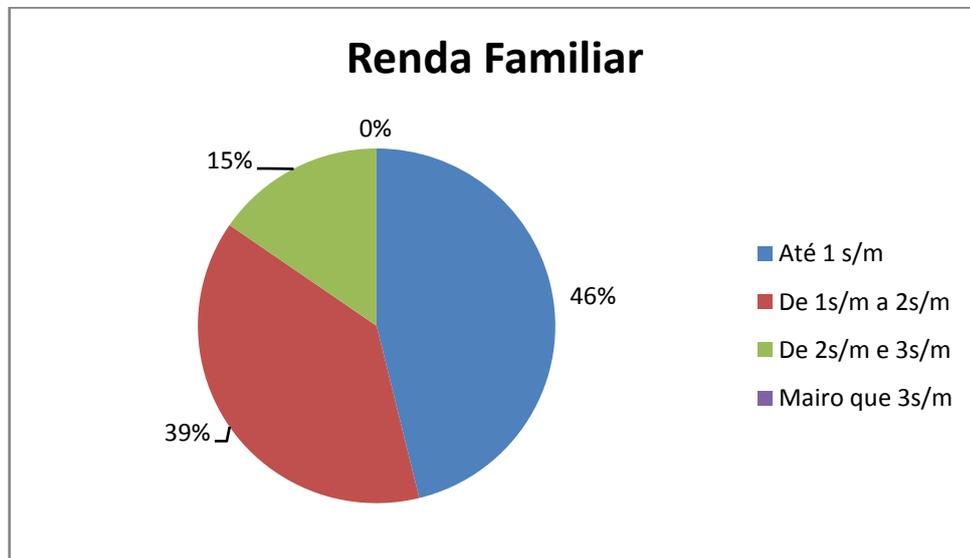


Gráfico 11 – Classificação por renda familiar

O gráfico 11 revela que 46% das famílias dos alunos vivem com uma renda familiar de até um salário mínimo e meio, 39% vivem com uma renda de um salário mínimo e meio a dois salários mínimos e meio e 15% possuem renda de dois salários mínimos e meio a três salários mínimos e meio.

Estes dados nos mostram que a renda familiar dos brasileiros, não cobre as despesas básicas e, principalmente, as despesas com a vida acadêmica dos filhos, revelando assim a vulnerabilidade econômica dos alunos, que muitas vezes precisam recorrer aos programas da assistência estudantil para ajudar nas despesas básicas e acadêmicas, que de acordo com o PNAES deverão minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior (BRASIL, 2010). O que é desolador tal situação se considerarmos o que diz Araújo et al., (2011, p.71)

Apesar de se destacarem por mérito nos concorridos exames vestibulares, em muitos casos têm que abandonar a oportunidade frente às limitações de ordem econômica dos familiares e, dessa forma deixam de ter condições para galgar posição profissional qualificada.

E, neste sentido é que consideramos a importância de políticas públicas afirmativas, com a Assistência Estudantil, pois temos ciência de que ela não é capaz de resolver todos os problemas relacionados às dificuldades de permanência dos alunos nas salas de aulas, tampouco o PNAES é capaz de atender a todos os sujeitos em situação de risco, mas há nesta política uma importante mudança social em processo, qual seja: o gradativo aumento de alunos oriundos das camadas marginais e pobres nos cursos de nível superior.

Feitas estas considerações, nota-se que dentre os programas ofertados pela assistência estudantil do IFPB, o Programa Auxílio Transporte foi o mais solicitado com 37% das inscrições, o Programa Auxílio Moradia teve 25% de procura, o Programa Auxílio Alimentação com também 25% e Programa Iniciação ao Trabalho com 13% das solicitações.

Para uma melhor compreensão, observe-se o gráfico a seguir:

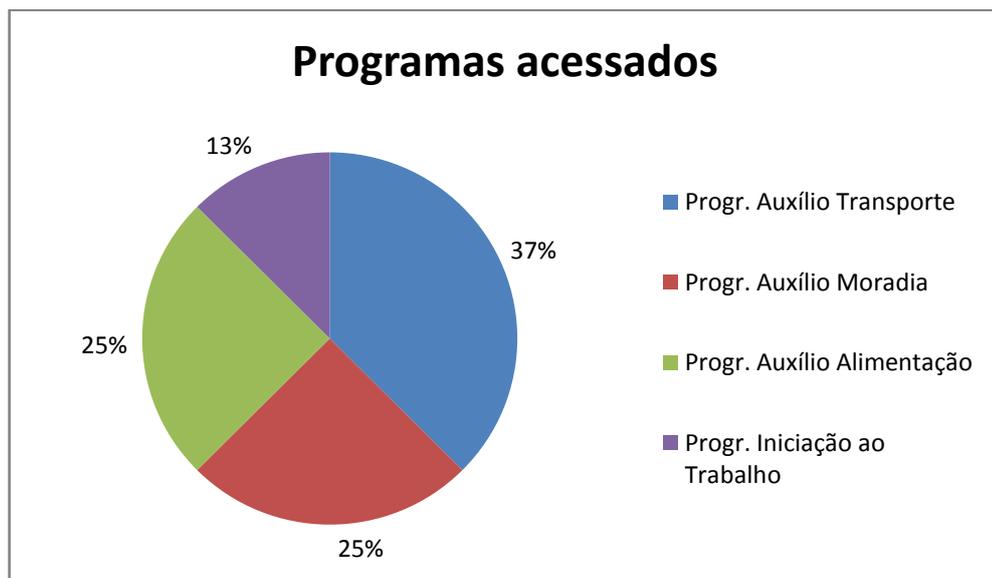


Gráfico 12 – Classificação dos programas mais acessados

Considere-se ainda que essa alta procura pelos programas básicos da assistência estudantil se deve ao fato de que são necessárias condições básicas para a sobrevivência do aluno em situação de risco e, conseqüentemente, a permanência deste no espaço acadêmico, minimizando, assim, as dificuldades existentes que acabam implicando no percurso acadêmico.

De acordo com Barbosa (s/d, p.18)²³

Entre os problemas destacados pelos próprios estudantes e mais facilmente visualizados, quando se volta com maior atenção a esta realidade, estão principalmente às questões objetivas, dentre as quais se destacam as dificuldades financeiras entre outras como distância entre a residência e a instituição, precariedade dos transportes públicos, questões referentes à saúde e a influência da carga horária do mercado de trabalho, onde na maioria das vezes os estudantes estão inseridos não por opção, mas por necessidade.

Desse modo, Barreto et al (2005 apud BARBOSA, s/d, p.16) afirma que

Somente, políticas para o acesso não bastam. É necessário que também sejam apresentadas alternativas para a permanência dos jovens nas universidades, [provendo] condições adequadas para concluir seus estudos, com a implementação de uma verdadeira e ampla política pública de assistência universitária.

Também constam nos formulários de inscrição, os motivos de solicitação do discente, apresentando as principais motivações que os levaram a buscar por esses programas, o que revela as principais dificuldades vividas pelos discentes do IFPB, Campus Sousa.

De acordo com os motivos de solicitação, constatou-se que a maiorias das queixas são referentes aos problemas financeiros, ou seja, a maioria dos alunos procura os programas devido à insuficiência de recursos financeiros para arcar com todas as despesas, tanto básicas, como acadêmicas, conforme se observou em suas fichas.

FFFF, sexo feminino, solteira, 28 anos de idade, aluna do curso de T.AGR.

Dependo apenas do salário mínimo da minha mãe e este é o que mantém toda a minha família, e sem esses auxílios não tem como me manter na faculdade (2013).

²³ Disponível em <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/20626/20626> Acesso em 04.12.2013

Já MMM sexo feminino, solteira, 21 anos de idade, aluna do curso de M.VT justificou seu pedido nos seguintes termos:

Solicito esse auxílio, devido os gastos. A renda da minha família não é suficiente para manter as minhas necessidades durante o curso, custos com transporte, Xerox e os materiais necessários (2013).

Houve quem fosse mais insistente, como é o caso de PPP, sexo feminino, solteira, aluno do curso de T. ALM. que assim se expressou por meio do formulário:

Solicito esses auxílios pelo fato de me encontrar em processo de mobilidade social, isto é, morando em uma cidade distinta da minha [...] a minha mãe não apresenta condições de prover meu sustento em Sousa, sendo que seus benefícios (aposentadoria e pensão) configuram-se insuficientes para o propósito supracitado [...] nesse contexto, solicito as referidas ajudas como forma de sanar meus atuais gastos [...] visando dessa forma, a continuidade da minha vida acadêmica no IFPB – Sousa (2013).

Um caso específico foi o de SSS, solteiro, 23 anos, aluno do curso de QM e portador de deficiência física.

Solicito este benefício porque para mim, especificamente, fica mais difícil, pois sou deficiente, entrei no curso através de cotas e necessito dessas bolsas, pois irão me ajudar bastante (2013).

A diferença deste último caso em relação os primeiros, é a motivação que o levou a solicitar os benefícios, pois aluno possui deficiência física, e necessariamente precisa de algum auxílio que vá o possibilitar sua acessibilidade ao ensino superior.

Desse modo, nota-se que a assistência estudantil não se restringe somente a ofertar os programas básicos para alunos com dificuldades financeiras, também abrange aqueles que possuem dificuldades que vão além do econômico, possibilitando romper as barreiras que impedem o acesso e a permanência destes no ensino superior.

Considerações finais

Nos últimos anos, o ensino superior tem apresentado um grande avanço, principalmente no que diz respeito ao acesso de muitos jovens a esse nível de ensino. Verifica-se o aumento do número de matrículas em todo o país que, de acordo com dados do MEC, cresceu 5,7% ao ano, no período de 2010 a 2011²⁴, devido à expansão realizada pelo governo federal por meio dos programas como Reuni, Fies, Prouni e até mesmo com a criação dos Institutos Federais, viabilizando o acesso de muitos estudantes a este nível de ensino.

Muitos desses estudantes que conseguiram adentrar na universidade são jovens advindos das camadas populares, ou seja, são aqueles que não possuem condições socioeconômicas propícias para freqüentar o ensino em qualquer nível. Notadamente, o número de ingresso desses sujeitos nos cursos de nível superior era ainda menor do que nas series iniciais e no ensino médio. Assim, ao ingressarem na universidade vencendo a difícil barreira do acesso pelos exames vestibulares, se deparam com outras dificuldades que muitas vezes implicam na desistência e a retenção destes estudantes, para o que se destacam as questões de ordem econômica.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem como objetivo democratizar as condições de permanência dos alunos no ensino superior, minimizando as dificuldades daqueles que possuem baixas condições socioeconômicas, por meio da concessão de benefícios e ações que viabilizem esses propósitos. Em consonância com o PNAES foi instituída a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Paraíba (IFPB), que proporciona aos seus estudantes com problemas socioeconômicos, a concessão de auxílios e bolsas que viabilizem sua permanência na instituição, promovendo a igualdade de permanência.

²⁴ Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/10/matriculas-no-ensino-superior-crescem-5-7>. Acesso em 13.04.2014

Desse modo, a presente pesquisa buscou compreender o perfil socioeconômico dos alunos contemplados pelos programas da Assistência estudantil do IFPB, Campus Sousa.

Neste sentido, foi realizada uma pesquisa documental acerca do perfil dos alunos contemplados pela Assistência Estudantil do IFPB, Campus Sousa, a partir da análise dos formulários de inscrição do processo seletivo de 01/2013.

Os dados apontaram que a maioria dos alunos contemplados é do sexo feminino, solteiras e com idade entre 20 a 25 anos, que advêm de escola pública, também, nunca possuíram nenhum vínculo empregatício e a maioria, notadamente, depende da renda familiar para custear suas despesas, pois, boa parte ainda mora com a família. Também se constatou que uma parte expressiva destes alunos é migrante, ou seja, estudam em cidade diferente da residência familiar, resultando assim, numa busca por ajuda financeira para arcar com as despesas básicas e acadêmicas.

A renda familiar destes alunos está entre um salário mínimo e meio a dois salários mínimos e meio, revelando assim a fragilidade econômica em que vivem estas famílias e, conseqüentemente, as dificuldades que encontram para custear a formação universitária dos filhos.

Também se constatou que os programas mais acessados foram os auxílios básicos, transporte (37%), Alimentação (23%) e Moradia (23%), demonstrando assim a necessidade destes estudantes em obter os recursos básicos que são de suma importância para sua sobrevivência e conseqüentemente para sua evolução acadêmica.

De acordo com os motivos de solicitação presentes nos formulários, o maior problema relatado pelos estudantes são as condições financeiras, pois como antes dito, são alunos que advêm de famílias com poucas condições financeiras.

Dessa forma, tal pesquisa se mostrou importante no que se refere a identificar melhor o perfil socioeconômico dos discentes do Instituto Federal da Paraíba, campus - Sousa, buscando conhecer melhor sua realidade e as dificuldades presentes no seu cotidiano, que acabam implicando no seu processo educacional.

Espera-se com esses resultados contribuir para o melhoramento das políticas de permanência do IFPB, campus - Sousa, principalmente no que se refere à ampliação e adequação dos programas de acordo com as necessidades dos estudantes locais.

A necessidade de finalização deste trabalho faz com que coloquemos aqui um ponto final, contudo esse estudo não se esgota nestas linhas, propiciando a outros pesquisadores o aprofundamento deste debate, sempre em busca de novos resultados que tenham como finalidade contribuir para o melhoramento dos programas que objetivam a permanência dos discentes no ensino superior, efetivando assim, a democratização da educação superior brasileira. Para que eu, como futura assistente social, espero ser parte deste processo.

Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de Almeida. **Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos assistentes sociais.** In: Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação, CFESS – GT DE EDUCAÇÃO, Brasília, 2011. Disponível em: <[HTTP://www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br)>. Acesso em: 10 Ago. 2013.

ANDRÉS, Aparecida. **Aspectos da assistência estudantil nas Universidades Brasileiras.** Brasília, 2011. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 04 Set. 2013.

ARAÚJO, Luiz Raimundo Souza; OLIVEIRA, Tereza Cristina Araújo de. **Reformas e Ação Afirmativa no Ensino Superior.** In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil.”, IX, 2012, João Pessoa. Disponível em:<<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 07 Fev. 2014.

ARAÚJO. M. A. M. de; ALMEIDA, L. L. de; LOURO, D. W.; DEL-MASSO, M. C. S. **O Impacto da Política de Permanência Estudantil na UNESP – A Percepção do aluno bolsista.** Ver. Ciênc. Ext. v.7, n.2, p16-28, 2011. Disponível em: <http://ojs.unesp.br> Acesso em: 10 Fev. 2014.

BARBOSA, Carlos Daniel da Luz. **Assistência Estudantil: compromisso do Serviço Social com o ensino superior.** S/D. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/20626/20626>>. Acesso em: 04 Dez. 2013.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL, **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF, 1934. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 06 Abr. 2014.

_____. **Constituição (1946)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF, 1946. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm . Acesso em: 06 Abr. 2014.

_____. **Constituição (1967)**. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm> Acesso em: 06 Abr. 2014.

_____. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. **Institui o Estatuto das Universidades Brasileiras**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>> Acesso em: 25 Mar. 2014.

_____. **IFPB** - Edital do processo seletivo 01/2013. Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/campi/sousa/arquivos/documentos/Edital%2001-2013.pdf> . Acesso em: 04 Abr. 2014.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de educação Profissional, Científica e tecnológica, cria os institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 30 dez. 2008^a, seção 1, p.1. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> .Acesso em: 24 Mar. 2014.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional.** Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>.> Acesso em: 06 Abr. 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>.. Acesso em 06 Abr. 2014.

_____. **Portal Brasil. Matrículas no ensino superior crescem 5,7%**, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/10/matriculas-no-ensino-superior-crescem-5-7>>. Acesso em: 10 Abr. 2014.

_____. MEC. Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI.** Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: 20 Jan. 2013.

_____. MEC. Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010. **Institui o Plano Nacional de Assistência Estudantil e dá outras providências**, Brasília. Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 20 Set. 2013.

_____. Novo Portal UAB. Disponível em:< <http://www.uab.capes.gov.br>>. Acesso em: 15 Mar. 2014.

_____. **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal da Paraíba.** Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/reitoria/assistencia-estudantil>>. Acesso em: 24 Mar. 2014.

_____. Portal Prouni. Disponível em:< <http://prouniportal.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 Mar. 2014.

_____. Portal Reuni. Disponível em:< <http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 Mar. 2014.

CHAVES, V. L. J.; LIMA, R. N.; MEDEIROS, L. M. **Reforma da Educação Superior Brasileira** – de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva: políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira. Belém, 2006. Disponível em: <<http://www.gepes.belemvirtual.com.br>> Acesso em: 15 Dez. 2013.

COSTA, Simone Gomes. **A Permanência na Educação Superior no Brasil**: uma análise das políticas de assistência estudantil. In: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 9., 2009, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/37031>>. Acesso em: 07 Fev. 2014.

CUNHA, Ambrósio Leitão da. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo presidente da Província**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1859. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>. Acesso, 11.04.2014.

DESLANDES, S. F.; MINAYO, M. C. de S. (Org.); GOMES, R. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Coleção Temas Sociais, 31. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90**. Educ. Soc. Campinas, V. 23, n. 80, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf>>. Acesso em: 10 Fev. 2014.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. Monografias Brasil Escola. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm>>. Acesso em: 14 Abr. 2014.

HISTÓRICO, Instituto Federal da Paraíba. Disponível em: <<http://ifpb.edu.br/institucional/historico>>. Acesso em: 04 Abr. 2014.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (dês) caminhos da assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.servicosocialnaeducacao.info>> Acesso em: 10 Mar. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. Ed., São Paulo: Atlas, 2008.

MAURANO, Laura Maria dos Santos. **Ensino Superior brasileiro ainda é elitista?** Revista Eletrônica de Ciências Empresariais, n. 06, ano. 03, 2010. Disponível em: <<http://www.unifil.br/portal/arquivos/publicacoes>>. Acesso em: 07 Fev. 2014.

MELO, A. L. de; SANTOS, E. de J. R. dos; ANDRADE, G. P. de. **Ensino Superior no Brasil:** do elitismo colonial ao autoritarismo militar. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, sociedade e educação no Brasil”, 8., 2009, Campinas. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em: 07 Fev. 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social:** uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 14ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Luísa. **Desafios à universidade: comercialização da ciência e recomposição dos saberes acadêmicos.** Sociologia, problemas e praticas [online]. 2000, n.34, PP. 93-116. ISSN 0873-6529. Disponível em: <www.Scielo.gpeari.mctes.pt>. Acesso: 24 Mar.2014.

OLIVEN, Arabela Campos. **Histórico da Educação Superior no Brasil.** In: SOARES, Maria Suzana Arrosa (Org.). A Educação Superior no Brasil., Porto Alegre, 2012, p. 24-36 Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica>>. Acesso em: 07 Fev. 2014.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; SOBRINHO, M. D. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** Limites e Possibilidades. In: Revista Linhas Críticas, Brasília, v.16, n. 30, 2010. Disponível em: < <http://seer.bce.unb.br>> Acesso em: 24 Mar. 2014.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa. **As Políticas Públicas do Ensino Superior no Governo Lula: Expansão ou Democratização?**. IRevista Debates, Porto Alegre, V.4, n. 2, p. 10-31, jul.-dez. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/16316>>. Acesso em: 07 Fev. 2014.

PINTO, J. C. do N. G.; BELO, A. S.; PAIVA, W. A. P. de. **Os desafios da assistência estudantil no contexto da reforma do ensino superior no Brasil**. In: Seminário LatinoAmericano de Escuela de Trabajo Social, 20., Argentina, 2012. Disponível em: < <http://200.16.30.67/~valeria/xxseminario>>. Acesso em: 04 Set. 2013.

PNAES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Belém, 2007. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/fonaprace/index>>. Acesso em: 04 Dez. 2013.

PARAÍBA. Questionário Socioeconômico da Coordenação Geral de Assistência ao Educando do Instituto Federal da Paraíba. Sousa – PB, 2013.

RAASCH, Ronaldo. **A Gestão da Política de Assistência Estudantil em uma Universidade Pública na perspectiva de seus estudantes**. In: Simpósio de Administração da Produção, Logística e operações Internacionais, 17., 2012, Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/pdf>>. Acesso em: 2013

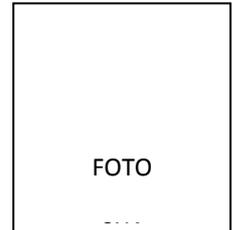
RAMOS, Lila de Fátima de Carvalho. **A Assistência ao Estudante em contexto brasileiro: O Programa Saudavelmente da Procom-UFG**. Goiânia: PPSS, 2012. Disponível em: <http://www.cpgss.ucg.br/ArquivosUpload>. Acesso em: 04 Nov. 2014.

SANTOS, Adilson Pereira; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes**. In: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 9., 2009, Florianópolis. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br>> Acesso em: 04 Set. 2013.

VASCONCELOS, Natalia Batista. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma Análise da Evolução da Assistência Estudantil ao Longo da História da**

Educação Superior no Brasil. Ensino Em-Revista, Uberlândia, v.17, n.2, p. 559-616, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista>>. Acesso em: 04 Set. 2013

Anexo 1



CAMPUS SOUSA

COORDENAÇÃO GERAL DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO/SERVIÇO SOCIAL

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

Caro aluno preencha TODO o formulário e APRESENTE A DOCUMENTAÇÃO solicitada, para que não haja prejuízo na avaliação de seu pedido.

I-SERVIÇOS SOLICITADOS (Marque com um X o auxílio que necessita)

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ()

AUXÍLIO TRANSPORTE ()

AUXÍLIO MORADIA ()

BOLSA DE INICIAÇÃO AO TRABALHO ()

II - DADOS PESSOAIS:

NOME: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ IDADE: _____

CURSO: _____ MATRÍCULA: _____

SÉRIE (Integrado): _____ MÓDULO (Técnico subsequente): _____ PERÍODO (Superior): _____

TURNO: _____

SEXO: M F

ESTADO CIVIL: _____

CPF: _____

IDENTIDADE/ ORG.EXP: _____ Nº DO CARTÃO DO SUS: _____

ESCOLA DE ORIGEM: PÚBLICA () PRIVADA ()

ENDEREÇO RESIDENCIAL DO ALUNO (Rua/Avenida, etc.): _____

Nº: _____ APARTAMENTO: _____ BAIRRO: _____ CEP: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

PONTO DE REFERÊNCIA: _____

TELEFONE PARA CONTATO (residencial): _____ CELULAR: _____

EMAIL: _____

SE SUA FAMÍLIA RESIDE EM OUTRA CIDADE PREENCHA OS ITENS ABAIXO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL DA FAMÍLIA (Rua/Avenida, etc.): _____

Nº _____ APARTAMENTO: _____ BAIRRO: _____ CEP: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

MORADIA DO/A ALUNO/A:

- () SOZINHO
- () FAMÍLIA
- () PARENTES
- () PENSÃO
- () REPÚBLICA

SITUAÇÃO DE MORADIA:

- () CASA PRÓPRIA
- () CASA FINANCIADA
- () CASA ALUGADA
- () CASA CEDIDA
- () OUTROS

III – SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

ASSINALE A SUA SITUAÇÃO DE TRABALHO:

- | | |
|---------------------------------------|--|
| () TRABALHO COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO | () RECEBE SEGURO DESEMPREGO |
| () TRABALHO TEMPORÁRIO | () NUNCA TRABALHOU |
| () TRABALHO AUTÔNOMO | () NUNCA TRABALHOU COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO |
| () TRABALHO INFORMAL | () PENSIONISTA |
| () TRABALHO EM EMPRESA PRÓPRIA | () AFASTADO |
| | () OUTROS _____ |

QUAL A SUA SITUAÇÃO EM RELAÇÃO À RENDA FAMILIAR:

<input type="checkbox"/> É ARRIMO DE FAMÍLIA (Principal responsável)	<input type="checkbox"/> CONTRIBUI COM A RENDA FAMILIAR
<input type="checkbox"/> É DEPENDENTE	<input type="checkbox"/> NÃO CONTRIBUI E SE MANTÉM SOZINHO.

QUAL A SITUAÇÃO DE SAÚDE NA FAMÍLIA:

EXISTE ALGUÉM NA FAMÍLIA COM PROBLEMAS PERMANENTES DE SAÚDE? SIM NÃO

EM CASO AFIRMATIVO, QUAL É O MEMBRO DA FAMÍLIA? _____

QUAL É O TIPO DE DOENÇA? _____

A RESIDÊNCIA DE SUA FAMÍLIA É:

PRÓPRIA E QUITADA

PRÓPRIA EM FINANCIAMENTO

ALUGADA

DE HERDEIROS

CEDIDA

COM QUEM VOCÊ RESIDE NA SUA CIDADE DE ORIGEM?

PAIS TIOS

PAIS E IRMÃOS AMIGOS

AVÓS REPÚBLICA, ESPECIFIQUE O Nº DE MORADORES: _____

IRMÃOS OUTROS, ESPECIFIQUE: _____

POSSUI GASTOS COM MORADIA? SIM () NÃO ()

ESPECIFIQUE:

() ALUGUEL. VALOR: _____
() CONDOMÍNIO. VALOR: _____
() ÁGUA. VALOR: _____
() LUZ. VALOR: _____
() TELEFONE. VALOR: _____
() FINANCIAMENTO DE CASA PRÓPRIA. VALOR: _____

*Apresentar XEROX dos Comprovantes de DESPESAS

COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR - o(a) aluno(a), os pais, os irmãos(as), esposo (a), filhos(as), sogro(a),tio(a), agregados – **todas as pessoas que residem com a família.**

NOME	IDADE	PARENTESCO	GRAU DE	PROFISSÃO	RENDA
TOTAL DA RENDA FAMILIAR					
TOTAL DE DEPENDENTES DA RENDA					

V. PARECER SOCIAL (Espaço reservado à Assistente Social)

Sousa, _____ de _____ de 20____.

Assinatura da Assistente Social